

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI — URCA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS — CESA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

WILLIAN CÂNDIDO DA SILVA

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ

CRATO-CE
2022

WILLIAN CÂNDIDO DA SILVA

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri — URCA, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, realizada sob a orientação da Professora Dra. Maria Messias F. Lima

CRATO-CE
2022

WILLIAN CÂNDIDO DA SILVA

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL E A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri — URCA

BANCA EXAMINADORA

Maria Messias F. Lima

____

Dra. Maria Messias F. Lima
Orientadora

____

M.a. Maria Jeanne Gonzaga de Paiva
Banca Examinadora

Janiele de Brito de Souza
____

M.a. Janiele de Brito de Souza
Banca Examinadora

MONOGRAFIA APROVADA EM 19 de abril de 2022

CRATO-CE
2022

SILVA, Willian Cândido da. **Políticas de desenvolvimento rural e a dinâmica da agricultura familiar no ceará.** [Monografia de Graduação em Ciências Econômicas]. 2022. 96f. Crato-CE: Universidade Regional do Cariri — URCA, 2022.

RESUMO

O tema que envolve o conceito de agricultura familiar, vem sendo tratado por diversos estudiosos, que formam uma base teórica para a compreensão dessa categoria. Correntes antagônicas colocam a temática em duas perspectivas: a questão agrária e a perspectiva do capitalismo agrário que se consolidou no modelo de desenvolvimento rural no Brasil em um período recente. A relevância da agricultura familiar não se destaca apenas na sua dimensão econômica, com a produção de alimentos e geração de empregos, mas também nas dimensões sociais e ambientais. Nesse contexto, o objetivo da pesquisa é examinar as políticas de desenvolvimento rural destinadas para o fortalecimento da agricultura familiar, considerando a dinâmica desse segmento no estado do Ceará. E especificamente, a pesquisa busca: a) abordar os conceitos e categorias de análise que envolvem políticas públicas e desenvolvimento rural; b) Discorrer sobre as principais políticas públicas para a agricultura familiar e; c) apresentar a dinâmica da agricultura familiar no Ceará, observando o perfil dos agricultores e estabelecimentos familiares por região de planejamento. A área geográfica de pesquisa foi o estado do Ceará, composto por 184 municípios e 14 regiões de planejamento. A metodologia adotada tem uma abordagem descritiva e explicativa, permitindo descrever, o espaço rural cearense no tocante ao perfil dos agricultores familiares e o perfil dos estabelecimentos rurais familiares no estado, buscou compreender as relações entre as políticas públicas para o desenvolvimento rural e suas implicações no fortalecimento. Os dados para a pesquisa foram coletados em fontes secundárias, extraídos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. A tabulação dos dados foi apresentados por tabelas e gráficos. Os principais resultados indicam que mesmo a agricultura familiar atuando perante a um setor estratégico, o da alimentação, no Ceará esta atividade enfrenta limitações socioeconômicas e de produção, que inclui o uso de tecnologia ineficiente, infraestrutura econômica inadequada ou baixa produtividade do trabalho, dificuldade de obtenção de crédito, suporte técnico insuficiente e baixo valor agregado dos produtos, entre outros aspectos. Para que este segmento possa se fortalecer e contribuir com o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista econômico, social, político e ambiental é necessário um conjunto de ações do Estado, através dos seus instrumentos de políticas públicas designados a agricultura familiar. Tais medidas seriam para reduzir a desigualdade que os pequenos produtores encontram em comparação com a agricultura patronal, tendo como principal área de atuação a de financiamentos.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar.

SILVA, Willian Cândido da. **Políticas de desenvolvimento rural e a dinâmica da agricultura familiar no ceará.** [Monografia de Graduação em Ciências Econômicas]. 2022. 96f. Crato-CE: Universidade Regional do Cariri – URCA, 2022.

ABSTRACT

The theme that involves the concept of family farming has been addressed by several scholars, who form a theoretical basis for understanding this category. Antagonistic currents place the theme in two perspectives: the agrarian question and the perspective of agrarian capitalism that has been consolidated in the rural development model in Brazil in a recent period. The relevance of family farming is not only highlighted in its economic dimension, with food production and job creation, but also in its social and environmental dimensions. In this context, the objective of the research is to examine rural development policies aimed at strengthening family farming, considering the dynamics of this segment in the state of Ceará. And specifically, the research seeks to: a) address the concepts and categories of analysis that involve public policies and rural development; b) Discuss the main public policies for family farming and; c) present the dynamics of family farming in Ceará, observing the profile of farmers and family establishments by planning region. The geographic area of research was the state of Ceará, composed of 184 municipalities and 14 planning regions. The methodology adopted has a descriptive and explanatory approach, allowing to describe the rural space of Ceará regarding the profile of family farmers and the profile of family rural establishments in the state. fortification. Data for the research were collected from secondary sources, extracted from the Ministry of Agrarian Development (MDA), Municipal Agricultural Research (PAM), the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Institute for Research and Economic Strategy of Ceará (IPECE).), IBGE Automatic Recovery System (SIDRA) and the 2006 and 2017 Agricultural Censuses. Data tabulation was presented by tables and graphs. The main results indicate that even family farming working in a strategic sector, that of food, in Ceará this activity faces socioeconomic and production limitations, which include the use of inefficient technology, inadequate economic infrastructure or low labor productivity, difficulty in obtaining credit, insufficient technical support and low added value of products, among other aspects. In order for this segment to be strengthened and contribute to sustainable development, from an economic, social, political and environmental point of view, a set of State actions is necessary, through its public policy instruments designated to family farming. Such measures would be to reduce the inequality that small producers face in comparison with employer agriculture, with financing as the main area of action.

Keywords: Family Farming; Public policy; Rural Development.

LISTA DE SIGLAS

CONSEA - Comissão Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DAP - Declaração de Capacidade do Pronaf

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

FMI - Fundo Monetário Internacional

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU - Organização das Nações Unidas

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação ea Agricultura

PAM - Pesquisa Agrícola Municipal

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PGPM - Política de Garantia de Preço Mínimo

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PSI - Programa de Substituição a Importação

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNCF - – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEAF - Seguro da Agricultura Familiar

SENAF - Selo Nacional da Agricultura Familiar

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

FIGURA

GRÁFICO

QUADRO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE TABELAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema de pesquisa.

O tema que envolve o conceito de agricultura familiar, vem sendo tratado por diversos estudiosos que formam uma base teórica para a compreensão dessa categoria. Correntes antagônicas colocam a temática em duas perspectivas: a da questão agrária e a perspectiva do capitalismo agrário que se consolidou no modelo de desenvolvimento rural no Brasil em um período recente.

A agricultura familiar tem papel fundamental diante a economia brasileira, essa importância foi destaque no Censo Agropecuário de 2006, mostrando que grande parte dos alimentos que chegam na mesa das famílias vem da produção dos pequenos produtores rurais, destacando-se a produção de: mandioca (87%), feijão (70%), leite (58%), dentre outros. Esse setor também contribui significativamente com a geração de emprego, chegando a utilizar quase 74,4% dos trabalhadores empregados no campo (CLEMENTE, 2015).

A relevância da agricultura familiar não se destaca apenas na sua dimensão econômica, com a produção de alimentos e geração de empregos, mas também nas dimensões sociais e ambientais. Conforme o Censo Agropecuário 2017 a maioria dos estabelecimentos agropecuários brasileiros são de agricultura familiar, chegando a um percentual de 76,82% (IBGE, 2017).

Mesmo a agricultura familiar atuando perante um setor estratégico, o da alimentação, no Brasil esta atividade enfrenta limitações socioeconômicas e de produção, que inclui o uso de tecnologias ineficientes, infraestrutura econômica inadequada ou de baixa produtividade do trabalho, dificuldade de obtenção de crédito, suporte técnico insuficiente e baixo valor agregado dos produtos, entre outros aspectos (GUANZIROLI, 2007; DOS ANJOS, 2020).

Para que este segmento possa se fortalecer e contribuir com o desenvolvimento sustentável, do ponto de vista econômico, social, político e ambiental é necessário um conjunto de ações do Estado, através dos seus instrumentos de políticas públicas designados a agricultura familiar. Algumas políticas têm como propósito enaltecer além do aspecto econômico o aspecto político-social, desse segmento de agricultores que, quando organizados junto a associações e cooperativas, conseguem desenvolver projetos que tendem a auxiliar na redução do hiato de desigualdade e fortalecem a implantação de novos processos de produção e trabalho no campo.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foi criado em 1995, visando preencher uma lacuna em relação às políticas para este segmento. Tais medidas seriam para reduzir a desigualdade que os pequenos produtores encontram em comparação com a agricultura patronal, tendo como principal área de atuação a de financiamento. Deste modo seria ofertado financiamento de projetos rurais, em diversos níveis e atividades produtivas com potencial econômico de ingressar nas cadeias produtivas e abastecimento do mercado interno (FERNANDES, 2013).

Contudo, apesar de sua importância econômica e social já ser reconhecida, muitos agricultores ainda são excluídos do processo de desenvolvimento, principalmente no semiárido brasileiro onde os aspectos climáticos, tecnológicos e de mercado são determinantes para a pobreza rural e consequentemente, para a exclusão econômica, social e política. Muito dos seus entraves para um crescimento sustentável derivam da ausência de políticas públicas efetivas para o setor, oferecendo as condições necessárias para o seu desenvolvimento, que inclui três demandas importantes, dentre outras: terra, crédito e mercado. Esses fatores são essenciais para ocorrer o melhoramento da produção da agricultura familiar e a melhor forma de se obter essas condições são oriundas das políticas públicas agrárias.

Ao longo das últimas décadas o estado do Ceará, vem passando por um processo de transformação, já que o estado está inserido no semiárido, acarretando diversas carências climáticas, de solo e água que precisam ser superadas para que a agricultura se desenvolva plenamente.

Mesmo diante de todas as adversidades enfrentadas pela agricultura familiar, a mesma não deixa de produzir, mantendo uma grande diversidade de produtos, diferentemente do agronegócio que se estrutura na monocultura. Segundo o Censo Agropecuário 2017, o estado do Ceará tem em todo seu território terrestre 394,3 mil estabelecimentos rurais, dos quais 75,5% (297,9 mil estabelecimentos rurais) são pertencentes aos agricultores familiares.

> A história da agricultura familiar é baseada na luta e no Ceará não seria diferente. Esta já conseguiu transpor algumas barreiras, mas ainda há de enfrentar muitos desafios em sua jornada. O principal talvez seja o de mostrar o seu imenso potencial produtivo para uma população ainda descrente. Além disso, cada região apresenta características de clima, solo e recursos hídricos distintos, assim é preciso que sempre haja um norte a ser seguido a fim de maximizar sua produção, sem que esse tipo de agricultura perca suas características. (BRASIL *et al*, 2018, p. 6).

O fortalecimento desse segmento da agricultura cearense deve ser considerado como essencial para o desenvolvimento rural, dado a sua abrangência em relação aos

estabelecimentos rurais. Diante desse cenário que envolve a agricultura familiar, uma questão que surge, é: será se as políticas públicas destinadas para a agricultura familiar a partir dos anos 2000, contribuíram de forma efetiva para o fortalecimento dos agricultores familiares cearenses?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral.

Examinar as políticas de desenvolvimento rural destinadas para o fortalecimento da agricultura familiar, considerando a dinâmica desse segmento no estado do Ceará.

1.2.2 Objetivos específicos.

i. Abordar os conceitos e categorias de análise que envolvem políticas públicas e desenvolvimento rural;

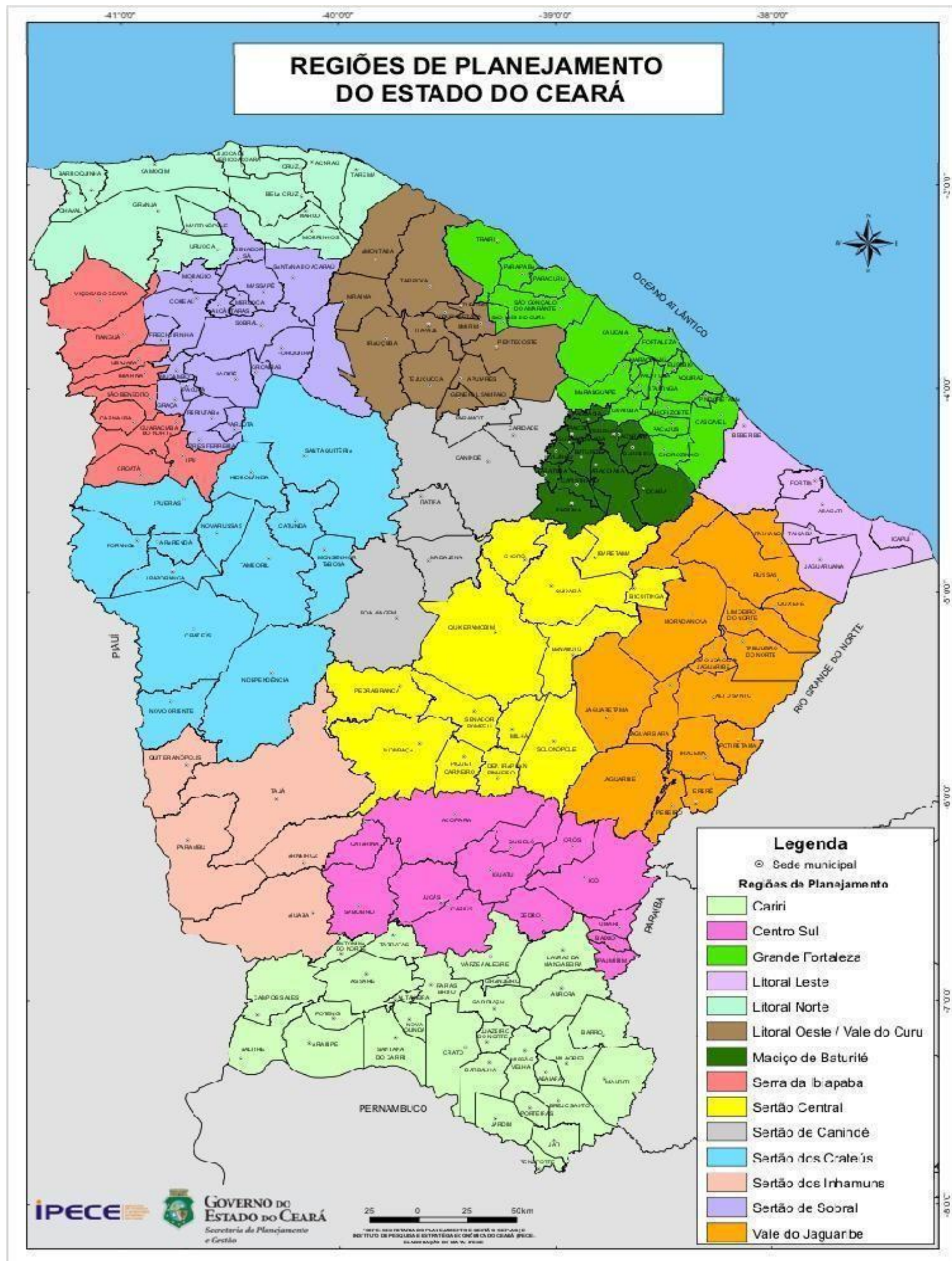
ii. Discorrer sobre as principais políticas públicas para a agricultura familiar;

iii. Apresentar a dinâmica da agricultura familiar no Ceará, observando o perfil dos agricultores e estabelecimentos familiares por região de planejamento**;**

1.3 Procedimentos metodológicos

Para o alcançe do objetivo proposto delimitou-se como área geográfica da pesquisa o estado do Ceará, tendo como recorte de análise as regiões de planejamento delimitadas pela Lei Complementar nº 154, de 20 de outubro dqe 2015 (IPECE, 2015). No tocante a divisão político-administrativa, o Ceará é composto atualmente por 184 municípios e 14 regiões de planejamento, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Regiões de Planejamento do Ceará



Fonte: IPECE, 2015

O Ceará, possui 148.894,441 km² de extensão territorial, situa-se na Região Nordeste do Brasil, tendo como Estados limítrofes o Piauí a oeste, o Rio Grande do Norte e a Paraíba a leste, Pernambuco ao sul e o Oceano Atlântico ao Norte IBGE (2010). Com uma população

estimada pelo IBGE (2010) de 8.448.055 habitantes, sendo que 24,9% vivem no espaço rural, sendo um total de 2.104.065 de habitantes e, cerca de 75%, com um total de 6.343.990 pessoas, residindo em áreas urbanas. Cerca de 86,3% do território cearense está inserido na região do semiárido, correspondendo a 150 municípios.

Dessa forma, a metodologia adotada parte de uma abordagem descritiva. Permitindo descrever, inicialmente, o espaço rural cearense no tocante ao perfil dos agricultores familiares e o perfil dos estabelecimentos rurais familiares no Estado. Para se ter o perfil dos agricultores foi utilizado como variáveis de análise: o sexo dos agricultores; faixa etária, escolaridade e a condição do gestor em relação á terra. Em seguida, para se obter o perfil dos estabelecimentos rurais as variáveis utilizadas foram: acesso à energia elétrica, acesso à assistência técnica, acesso a financiamento, uso de irrigação, uso de agrotóxico, adubação, lavouras e acesso à capital físico e tecnológicos. A pesquisa também é explicativa, buscando compreender as relações entre as políticas públicas para o desenvolvimento rural e suas implicações no fortalecimento da agricultura familiar, considerando as regiões de planejamento.

> A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados […]. As pesquisas explicativas visam identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Por explicar a razão e o porquê das coisas, esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade. Pode-se dizer que o conhecimento científico está assentado nos resultados oferecidos pelos estudos explicativos [...] (GIL, p. 25, 1999).

Os dados para a pesquisa foram coletados em fontes secundárias, extraídos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e contemplando os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Após a coleta, os dados foram tabulados e apresentados por tabelas e gráficos. Em relação à pesquisa bibliográfica e documental, foi utilizado os principais autores, clássicos e contemporâneos, que versam sobre o tema, dentre eles: LAMARCHE, MENDRAS, ABRAMOVAY, ALVES, SCHNEIDER, NAVARRO, WANDERLEY, NASCIMENTO, GRAZIANO DA SILVA, ELI DA VEIGA, MATTEI, BERGAMASCO, FAVARETO, GUANZIROLI, dentre outros. Também foram utilizadas como fontes de pesquisas, monografias, teses, dissertações e artigos científicos publicados sobre a temática.

O trabalho está organizado em três capítulos, além desta introdução e considerações

finais. No primeiro capítulo, abordaram-se os conceitos e categorias de análise que envolvem políticas públicas e desenvolvimento rural. O segundo, apresenta o marco teórico referente à agricultura familiar. O terceiro apresenta a dinâmica da agricultura familiar no Ceará — por região de planejamento — observando o perfil do (a) agricultor (a) e dos estabelecimentos rurais familiares. As variáveis selecionadas foram: sexo; classe de idade; escolaridade; condição legal do produtor; assistência técnica; financiamentos/empréstimos; área irrigada; agrotóxicos; adubação; utilização da terra; sistema de preparo do solo; maquinas e equipamentos, e a participação da agricultura familiar na produção dos principais produtos [1]agrícolas produzidos no Estado. Por fim, nas considerações finais, será destacado as principais conclusões que a investigação científica permitir inferir, observando os objetivos propostos pela pesquisa.

[1] Considerando a quantidade, não o valor da produção.

2 CONCEITOS E CATEGORIAS RELACIONADOS À POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1 Abordagem sobre os aspectos de políticas públicas no Brasil

O Estado representa uma unidade social básica, que possui um território definido, sendo composta por um estado coletivo que vive em um determinado local, a principal forma de organização política se dá por meio do Estado moderno (ALBINO, 2016). A sociedade é responsável por eleger o representante ao estado, do qual irá gerir políticas que possam gerar bem-estar para todos ou para boa parte da sociedade, mas sem prejudicar os que não foram beneficiados (MUELLER, 1982).

> [...] uma política só é "boa" (mas não necessariamente a "melhor") se os indivíduos afetados por ela concordarem que ela melhora a posição de (pelo menos) alguns, sem que piore a dos demais. Este é o critério de Pareto para avaliar uma alternativa de política (MUELLER, 1982, p. 90).

O contrato social salvaguarda a liberdade natural, o bem-estar e a segurança das pessoas. A ideia do contrato social é proteger a propriedade privada, esta será a fonte da desigualdade entre as pessoas, o que geraria revolta na sociedade, levando ao apoderamento de forma ilícita. Portanto, o Estado teria por obrigação gerir a desigualdade, em troca do contrato social, constituindo um acordo legal onde a vontade do indivíduo é controlada pela vontade de todos (ROUSSEAU, 2003).

O Estado se torna a entidade responsável por gerir políticas, que serão destinadas a proteger e satisfazer a vontade da sociedade. Composto pela heterogeneidade entre o sistema jurídico e suas normas, o Estado passou a ter a capacidade decisiva e o poder de se fazer cumprir com uso da força. Concentra-se, o que, numa sociedade democrática, permitirá a autorregulação, o controlo e o equilíbrio, essa compreensão do papel do Estado na sociedade fortalece seu papel protetor, onde a sociedade exige urgentemente que o país exerça sua função com êxito, preenchendo as lacunas institucionais, sociais e organizacionais das quais têm precariedade desde a formação da história do país (DA SILVA, 2017).

Sob a permissão legal da sociedade, o Estado desenvolveu o processo de manifestação do poder, a democracia e outras características fazem com que este contrato social entre a sociedade e as instituições do Estado se transforme em benefício dos interesses coletivos e comuns ao determinar sua atuação nos diversos aspectos da organização da sociedade civil (PEREIRA, 2012; FREY, 2000).

> Nessa trajetória histórica, com a ascensão do capitalismo, alguns fatos levaram a mudanças na participação do Estado diante da população e do sistema econômico. Esses fatos foram: a revolução industrial, que trouxe a urbanização, mudança nas condições de trabalho e pré degradação ambiental, a I Guerra Mundial, que começou a romper com o liberalismo económico, o crash de 1929, que trouxe a necessidade de uma economia interventiva, com a aliança entre Estado a iniciativa privada; a II Guerra Mundial, que deixou o Estado mais intervencionista, tanto trazidas pela guerra, quanto para a reconstrução após o seu término; pelas necessidades as crises cíclicas que afetaram o regime capitalista; os movimentos sociais que possuíam incompatibilidades com a livre concorrência; com a própria ideia de liberdade, atrelada também às liberdades sociais (DALLARI, 2013, *apud* GIANEZINI, 2017, p. 1069).

Geralmente é difícil classificar a ideia central de política pública, pois a inexistência de teorias completas a respeito do tema, impossibilita a definição concreta, porém há alguns conceitos que se formaram e pode expressar a ideia central do que acaba sendo política pública (GIANEZINI, 2017). Sendo assim podemos entender política pública como sendo "um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade" (SEBRAE/MG, 2008, p. 15).

A terminologia política pública, nos remete aos debates, que estão relacionado à tomada de decisão, isto é, ações com efeitos diretos na sociedade, pelo fato de serem de muitíssima importância para a organização social. As políticas devem passar por várias etapas e processos — que envolve análise, planejamento e avaliação de custo benefício, pois caso seja implementada ações públicas equivocadamente, geram externalidades negativas para o bem-estar da sociedade (AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015).

Nota-se que a formulação/construção de políticas públicas na economia brasileira tem meramente um caráter sociopolítico. Tal característica se dá por conta de uma definição mais popular, onde, tem-se que a função das políticas públicas seja solucionar problemas e desafios, existentes na sociedade, de modo que possa aferir o bem-estar para coletividade (SOUZA, 2002). A formulação de política pública é a resposta que o Estado dá para a sociedade de modo a expressar o compromisso com a população, por ações, medidas e benfeitorias que se dão no curto, médio e longo prazo (DEGENNSZAJH, 2000). Desse modo as políticas públicas podem ser expressas como:

> […] "linha de ação coletiva que concretiza direitos sociais declarados e garantidos em lei". As políticas públicas, embora sejam de competência do Estado, não representam decisões autoritárias do governo para a sociedade, mas envolvem relações de reciprocidade e antagonismo entre essas duas esferas. É mediante as políticas públicas que são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais em resposta às demandas da sociedade e, por isso, o direito que as fundamenta é um direito coletivo e não individual. (PEREIRA, p. 130, 1999 *apud* por RAICHELIS, p.2 2006).

Ao se formular política pública deve se direcionar a beneficiar diversificadamente, pois as necessidades de determinados grupos ou comunidade, apresentam disparidade regional, deste modo ao se concretizar a benfeitoria ou êxito da política central, ocorre reajuste das políticas para o social, em geral, sendo assim todo o público-alvo será beneficiado de maneira quase que igualitária e a política pública terá alcançado êxito com seu objetivo (GEHLEN, 2004). Compreende-se, portanto, que as políticas públicas são de suma importância para o bem-estar social, fundamental também no âmbito econômico, tanto como de legislação, como na redução de risco nos mercados

2.2 Políticas públicas para agricultura

Ao longo do desenvolvimento civilizatório das sociedades, principalmente nos países desenvolvidos, a agricultura assumiu papel fundamental para o desenvolvimento industrial e crescimento econômico. Em relação ao Brasil esta mantém forte participação, na composição do PIB, embora o processo de organização do espaço rural brasileiro ainda mantenha problemas estruturais graves, dentre eles a posse da terra, pois desde a sua colonização, o setor primário tem forte relação com o desenvolvimento da economia, principalmente enquanto produtor de *commodities*. Mesmo tendo papel crucial na economia, em se tratando de políticas voltadas para esse âmbito, as ações sempre apresentaram distorções em relação a sua eficácia e abrangência.

Até meados de 1930 a economia brasileira tem como característica produtiva o setor primário exportador, onde a produção de *commodities* é voltada quase que totalmente para a exportação. Em outras palavras, a força motriz de seu processo de acumulação de capital está baseada em uma divisão social do trabalho em que predominam as atividades agrícolas, principalmente entre os grandes produtos de exportação da monocultura[2], onde se destaca o café, seguido do algodão e da cana-de-açúcar (FERREIRA, 2005).

Tal estrutura produtiva passou por profundas modificações, que começaram a ocorrer após a crise de 1929. A grande depressão, foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920, marcando a decadência do liberalismo econômico, naquele momento, que teve como causas a superprodução e especulação financeira (ROSSINI, 2015). No Brasil, o efeito da crise foi sentido na produção do café, pois era o principal produto da pauta exportadora do país. Com a recessão, a moeda brasileira sofre

[2]Para um maior aprofundamento sobre os ciclos de exportação, que vinham sendo desenvolvido na economia, indico a leitura da tese de GUIMARÃES NETO, Leonardo et al. **Nordeste: da articulação comercial à integração econômica**. 1986.

expressivas desvalorizações e devido à redução das exportações de café, bem como o aumento da oferta do produto e a deterioração do preço do produto internamente (GREMAUD, 2009).

No auge da crise, o país enfrentou transformações políticas profundas, com o primeiro governo de Vargas (1930 – 1934), ocorreu o deslocamento do centro dinâmico da economia do País, deste modo os setores que eram voltados para a exportação, produzem para a economia doméstica, por consequência da crise do café a uma fuga do capital, da lavoura para indústria, que usufrui da redução das importações, somada ao aumento da demanda para fazer a manutenção da renda monetária do país (FONSECA, 2012).

A expansão dessa nova estrutura visa colocar a economia do País em outro patamar em relação ao modo de produção capitalista, buscou-se um afastamento do modelo agrário-exportador para entrar na fase do capitalismo industrial — tardiamente. Desta forma, devido à expansão da divisão social do trabalho e ao aumento do domínio urbano, promove a expansão da taxa de acumulação a partir do modelo urbano-industrial (FERREIRA, 2005).

Com a eminência do Estado novo em 1937, quando o então presidente Getúlio Vargas, lança seu projeto de caráter nacionalista, a redução da dependência com o mercado externo (VIANNA, VILLELA, 2005). O Programa de Substituição a Importação (PSI), tinha por objetivo reduzir a dependência da economia doméstica com a economia internacional. Para se obter tal resultado, o Governo vê a agricultura, que tem a sua produção voltada para a economia interna, como sendo de significativa importância para a exatidão do programa. A estratégia do Governo era expandir a indústria e a urbanização, fazendo com que a agricultura acompanhasse tal expansão, deste modo se garantiria o fornecimento de alimento e matéria-prima (NETTO, 2011).

> Durante o Estado Novo houve nova tentativa de regulamentar o trabalho rural. A principal medida foi o Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941), que previa um conjunto de direitos para os trabalhadores do setor de cana-de-açúcar, como um lote de terras para sua subsistência, assistência médica e hospitalar, escola para seus filhos (artigo 7º), salário mínimo (artigo 9012) (BERCOVICI, p. 188, 2020).

Um marco que prevaleceu por vários séculos, sobre a atividade agrícola, foi a baixa intensidade de inovação técnicas e tecnológicas, onde as atividades eram empregadas por mão-de-obra de baixo custo e não especializada. Só a partir de 1960, que esse cenário sofre uma rápida modificação, que se deu pelas políticas públicas que buscavam a industrialização do

campo, tais políticas foram tomadas como sendo a “revolução verde”[3]. Vale ressaltar que tais medidas implantadas pela revolução verde foram benéficas principalmente para os grandes produtores, que obtiveram incentivos governamentais para o melhoramento de suas produções e empréstimos para investir nas fazendas (CASTRO, 2015). Por outro lado, os pequenos produtores, não obtiveram melhorias de suas tecnologias disponíveis, ficando à mercê da mão-de-obra com baixo custo relativo e sem contar que alguns produtores foram expulsos do mercado concorrencial devido à produção em grande escala dos industriais agrícolas (GUITARRARA 2021; MATIAS, 2021).

Os anos 60 foram palco de uma reviravolta na conjuntura política brasileira, que se deu com a ocorrência do golpe militar em 1964. Os militares tinham uma perspectiva de que o desenvolvimento da economia só poderia ser alcançado através da industrialização dos setores produtivos (BUAINAIN, 2014) e nessa perspectiva, planejou-se as estratégias para a promoção do desenvolvimento do país.

Nessa época, além dos problemas econômicos que se dava em decorrência das altas taxas de inflação e do elevado déficits público, tinha o problema agrário, como, por exemplo, as condições que eram impostas para os trabalhadores rurais, as concentrações de terras, facilidade ao acesso de capital (NATIVIDADE, 2013). Para amenizar essa situação, buscou-se de imediato a aprovação da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, da qual ficou conhecida como “Estatuto de Terras"[4], a qual tendia modificar a estrutura fundiária do país. Além desta também ocorreu a fiscalização de crédito rural e reformas do sistema financeiro, criação do Banco Central através da Lei nº 4.595, dezembro de 1964 (DE FREITAS, 2008).

Durante o governo militar (1964) a economia viveu um período de prosperidade, o chamado "milagre econômico" (1968 a 1973). Nesse período, a agricultura brasileira avançou muito, pois além dos incentivos que se foram obtidos através do crédito subsidiado[5], assistência

---

[3] Apoiada em uma promessa de aumento da oferta de alimentos que proporciona a erradicação da fome, a Revolução Verde resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos (químicos, mecânicos e biológicos) ligados à agricultura (ALBERGONI, PELAEZ, p. 32, 2007).

[4] ESTATUTO DA TERRA. Lei n° 4.504 de 30/11/1964, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, tendo como objetivo promover e executar a política agrícola e a reforma agrária... o Estatuto da Terra estabeleceu que o cadastramento dos imóveis rurais passaria a ser efetuado com base num "módulo" de propriedade, ou seja, uma propriedade familiar capaz de assegurar ao trabalhador rural um rendimento suficiente para seu progresso e seu bem-estar econômico e social. Esse módulo varia de acordo com as condições geográficas de cada região (SANDRONI, p. 222 e 223, 1999).

[5] Tipo de empréstimo feito pelo governo a uma taxa de juros menor que a vigente no mercado. Pode ser implícito ou explícito. O implícito, destinado principalmente aos financiamentos agropecuários e às exportações, corresponde à diferença entre as taxas de juros normais desses empréstimos e o custo real pago pelo governo para

técnica e extensão rural, armazenamento e seguro agrícola, outras iniciativas como a representada pela Lei de Nº 5.889 de 8 de junho de 1973, adjunto do Decreto de Nº 69 73.626, de 12 de fevereiro de 1974, que incorporou os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais, e a Lei Complementar Nº 11 de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial (PRÓ-RURAL), como instrumento de política social, objetivando o aumento da competitividade dos produtores (DE FREITAS, 2008).

Um dos grandes fatores posto para se impulsionar a modernização das atividades rurais foram os subsídios ao crédito rural, formalizados através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (CARVALHO, 2010). do qual tem por objetivo:

> Art. 3º São objetivos específicos do crédito rural:
> I - Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuado por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural;
> II - Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização de produtos agropecuários;
> III - possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios;
> IV - Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando ao aumento da produtividade e à melhoria do padrão de vida das populações rurais, e à adequada defesa do solo; (BRASIL, 1965).

Esse período foi caracterizado por forte intervenção governamental nas atividades agrícolas, com o Estado atuando com a liberalização de créditos de subsídios em larga escala e com a aplicação de Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM). Tais medidas visam modernizar o setor, desenvolver parques industriais de insumos agrícolas, consolidar a indústria de processamento e expandir a fronteira agrícola por meio do crescimento da produção de alimentos (ALMEIDA, ZYLBERSZTAJN, 2009; BELIK, 1994; RAMOS; JÚNIOR, 2010;).

O crédito subsidiado aos setores agropecuários, se tem necessidade pelo fato de ser uma atividade que detém bastante instabilidade sobre seus fatores de produção (SONKA E PATRICK, 1984 *apud* CARVALHO, 1994) aponta os fatores de instabilidade como sendo:

> (a) risco de produção ou técnico, decorrentes de problemas climáticos e sanitários; (b) riscos associados ao comportamento dos preços; (c) risco tecnológico, decorrentes da realização de investimentos; (d) risco legal ou social, relacionados, por exemplo, a alterações nas regras legais, tanto internas quanto externas e (e) fontes humanas de risco, relacionadas, por exemplo, às paralisações e greves (SONKA E PATRICK,

---

a captação desse dinheiro. Crédito subsidiado explícito são os fundos aplicados em programas especiais como o Proagro, o Proterra e o Fundag, criados para incentivar certas regiões ou atividades econômicas por meio de empréstimos a taxas de juros extremamente baixas, variando entre 12% e 25%. (SANDRONI, p. 141, 1999)

1984 apud CARVALHO, p. 19, 1994).

A modernização da atividade agrícola brasileira, é cogitada através de dois pressupostos: o primeiro seria com a promoção de setores não produtivos por meio da aplicação de políticas públicas, que irá possibilitar mudanças nas estruturas da propriedade e no uso da terra; e segundamente com o aumento do envolvimento dos fluxos econômicos internacionais no intuito de fazer a abertura ao comércio internacional (RIBEIRO, 1988).

Dessa forma, a modernização da agricultura brasileira pode ser vista a partir de algumas mudanças básicas. Como, por exemplo: a modernização envolve não apenas o uso crescente de insumos modernos, mas também a mudança das relações de trabalho; a transformação é representada pela mecanização, que teve um papel importante no processo produtivo do plantio à colheita, não só substituindo a força física, mas também a habilidade manual dos trabalhadores, o que levou a um salto qualitativo na produção agrícola. Nas décadas de 1950 e 1960, as indústrias básicas do país (siderurgia, petroquímica, borracha, plásticos) foram implantadas para internalizar o setor produtivo de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas. (KAGEYAMA et al. 1987, *apud* DE SOUZA, KHAN, 2019).

Já em consequência a modernização que estava em processo de instalação, tem-se o crescimento de problemas ambientais, intensificados devido ao uso intensivo dos agrotóxicos e produtos químicos para o controle das "pragas", problemas sociais, pois agora se exigia uma mão-de-obra com maior grau de especialização e o trabalho braçal foi reduzido devido à inserção do maquinário no campo (KERECKI, DOS SANTOS, 2009). Problemas econômicos, pois houve um aumento da dependência com o mercado externo, dependência essa que se dava tanto pelas importações de tecnologia, para industrialização da economia brasileira, quanto pelas exportações das *commodities* (HERMANN, 2005).

É evidente que os avanços no setor rural brasileiro estão intimamente relacionados ao crédito rural subsidiado. Mas, mesmo o crédito rural sendo cotado como base para a validação das políticas agrícolas, outros incentivos são necessários, especialmente os voltados para a assistência técnica e extensão rural, garantia de preço mínimo, transporte, armazenamento e seguro rural. Tais medidas além de se financiar a produtividade, garantiria redução de perda para os agricultores.

Na década de 1970, período que antecedeu a crise do petróleo[6] em 1973. Foi de suma

[6] A crise do petróleo sofreu quatro choques no total, todos causados pelo embargo dos países membros da

importância em relação à implementação de projetos para estimular a atividade agrícola, nesse período também ocorreu a criação de instituições de grande relevância para a pesquisa e desenvolvimento da agropecuária brasileira:

> Destacam-se a criação, em 6 de julho de 1971, através do Dec. Lei nº 1.179, do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o Projeto Sertanejo e o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR), criado em 17 de julho de 1972 pelo Dec. Lei nº 1.232 (FARIAS, p. 2, 2013).

A meta ainda era melhorar o desempenho da agricultura brasileira, priorizando a concessão de crédito agrícola através de assistência técnica, visando estimular a pesquisa. Para auxiliar no uso de assistência técnica, foi criada a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em 1973 e a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) em 1974. Dessa forma, avançaram no campo da pesquisa agropecuária (LEITE, 2017).

No início da década de 1980, sob a liderança do presidente Figueiredo (1979-1985), a economia brasileira começou a enfrentar sérias dificuldades. A crise que varreu o país afetou os produtores rurais com o esgotamento dos recursos para o crédito rural. Considerando que o Brasil era fortemente dependente das importações de petróleo e bens de capital na época e elevada dívida externa, exigiram medidas de ajustes fiscais, bem como, corte de gastos. (HERMANN, 2005).

> O segundo choque do petróleo e o aumento dos juros no mercado financeiro internacional — e prenunciam a crise da dívida, que viria à tona em 1983. No período de 1981-83, embora o quadro de elevado déficit em conta corrente tenha se mantido, houve nítida reversão da tendência da balança comercial, que se tornou superavitária. Tal reversão refletiu a combinação de três fatores, essencialmente: os efeitos de duas maxi desvalorizações cambiais (da ordem de 30% cada uma) determinadas pelo ministro Delfim Netto, em 1979 e 1983 economia brasileira no período de 1981-83, que contraiu as importações; e a substituição de importações promovida pelo II PND. Por conta dessa substituição, a contração das importações foi bem maior que a do PIB durante a recessão — respectivamente, de 12,4% e 2,2% ao ano — e foi explicada pela significativa redução do quantum (os preços caíram apenas moderadamente) (HERMANN, p. 85 e 86, 2005).

Organização dos Países Exportadores de Petróleo após a Segunda Guerra Mundial e pela distribuição de petróleo do Golfo Pérsico para os Estados Unidos e países europeus e africanos. A crise do petróleo foi desencadeada em um contexto de escassez de abastecimento. Com o início do processo de nacionalização e uma série de conflitos envolvendo países produtores de petróleo árabes da OPEP, além da excessiva especulação financeira. O preço do barril de petróleo atingiu um valor muito alto. Em cinco meses (17 de outubro de 1973 a 18 de março de 1974), aumentou 400%, levando a uma recessão de longo prazo nos Estados Unidos e na Europa e destruindo a economia mundial (FREITAS, 2021).

De modo a superar a segunda crise do petróleo, modifica-se a conjuntura interna, onde o Governo adota políticas de cunho ortodoxo[7]. Com as medidas do PSI, o setor agroindustrial tem um grande destaque, pois ocorre um aumento das exportações das *commodities* brasileiras, tornando cada vez mais atraente o investimento estrangeiro. Após a redemocratização do país e a promulgação da constituição de 1988, o Estado passou a apresentar características de um estado mais liberal, abandonando o viés nacionalista implantado pelos militares durante a ditadura (BARROS DE CASTRO, 2005).

Com a retomada da democracia, José Sarney (1985-1990) assumiu a Presidência da República, anunciando que cumpriria com as promessas efetuadas pelo partido Liga Democrática. Onde teria um compromisso com o "social", realizando a reforma agrária do país, de modo a atender às pessoas excluídas do campo. A reforma agrária teria um rigor maior, o Governo prometia que utilizaria de meios como: a desapropriação da Lei de Terras como uma ferramenta prioritária para a reforma; criticava severamente a especulação fundiária e priorizava os Trabalhadores Rurais Nacionais. Com tais promessas o Governo ganha apoio da Contag e da Igreja Progressista, onde ambos defendem a reforma agrária como excelente ferramenta para a resolução dos conflitos fundiários rurais e da violência (BRUNO, 2003).

Os produtores patronais não viam com "bons olhos" a implementação da reforma agrária, pois ocorreria a ruptura do monopólio das terras no campo. Diante dessa transformação que estaria prestes a ocorrer, os donos de latifúndios começaram a se organizar em cooperativas, com a finalidade de enfrentar a nova situação anunciada. Os proprietários de latifúndios, tinham por concepção que a capacidade máxima de produção dos agricultores familiares não se alcançaria com a reforma agrária, indicando que as políticas sociais voltada para os agricultores familiares, não teria eficácia, já que a agricultura que disponibiliza de significativos valores, tanto monetários quanto de produção e de alta tecnologia não era a familiar (ANTUNES, 2016).

> Não se trata de um ato individual e esporádico, é uma violência ritualizada e institucionalizada, que implica a formação de milícias, a contratação de capangas e a lista dos marcados para morrer e os massacres. Entretanto, tão descarregadora quanto a violência física é a desqualificação dos trabalhadores rurais e de seus mediadores, veiculada pelos proprietários e empresários rurais, no exercício da dominação política (BRUNO, p. 286 e 287, 2003).

---

[7] Política macroeconômica ortodoxa é aquela que pressupõe o bom funcionamento do mercado. No combate à inflação, não age diretamente sobre os preços, mas indiretamente, através de política fiscal e monetária. Ortodoxia é geralmente sinal de boa política econômica em condições normais de funcionamento da economia, quando o mercado tem condições de realizar seu papel. Não significa, necessariamente, conservadorismo (PEREIRA, p. 52, 1993)

Logo, diante do novo cenário de democratização no campo, começa a ocorrer conflitos que vão desde: descriminação com os agricultores familiares, até aos casos mais extremos de assassinatos (ANDRADE, 2008) como, por exemplo, o de Chico Mendes[8], morto por lutar pelos direitos e melhores condições de trabalho dos seringueiros. Com o aumento das reivindicações de terra, os sindicatos dos agricultores familiares e organizações rurais, tiveram significativa participação na luta pelos direitos dos agricultores. Tais grupos para se ter uma "força" maior no momento de lutar pelos direitos começam a se unir, com essas unificações, tem-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que foi considerada a principal força social organizada no meio rural da época (ANTUNES, 2016; BRUNO, 2003).

Os anos 90, foi uma década emblemática tanto para a agricultura familiar que vinha ganhando força com seus movimentos de reivindicação pelos direitos e se impondo como agente social, fazendo com que o Estado direcionasse melhores medidas, que de fato fossem modificar/desenvolver a produtividade familiar. Os anos de 1990 foram fundamentais, tanto do ponto de vista da construção teórica sobre um "novo" rural, quanto para o planejamento de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural brasileiro.

2.3 Políticas públicas para o desenvolvimento rural[9]

2.3.1 Desenvolvimento Territorial Rural

O desenvolvimento rural brasileiro é pensado tardiamente. Apesar disso, estudos que expliquem os modelos de desenvolvimento rural são de muita relevância para se explicar os modelos adotados pelos países desenvolvidos e assim se possa melhor compreender esse fenômeno. O desenvolvimento rural pode ser muitas vezes entendido como sinônimo do desenvolvimento agrário, desenvolvimento agrícola, dentre outros, deste modo, a utilização de agrário ou rural como sinônimo, pode causar uma distorção do real sentido de seus respectivos conceitos.

Para um maior esclarecimento a respeito da diferenciação conceitual entres os desenvolvimentos existentes, Navarro (2001) esclarece cada uma dessas expressões. Nesse

---

[8] Chico Mendes (1944 – 1988) foi um líder seringueiro, sindicalista e ativista ambiental brasileiro. Lutou pela preservação da Floresta Amazônica e suas seringueiras nativas (FRAZÃO, 2020).

[9] Experiências que inspiraram o modelo de desenvolvimento rural na América Latina: Terceira Itália, Projeto LEADER.

sentido:

> [...] a primeira expressão é desenvolvimento agrícola (ou agropecuário). Aqui estaria se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução. [...] o desenvolvimento agrário [...] refere-se a interpretações acerca do "mundo rural" em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. A terceira expressão que concorre neste esforço de melhor precisão é, exatamente, o desenvolvimento rural. Neste caso, diferencia-se das anteriores por uma característica específica: aqui, trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural (NAVARRO, p. 86 a 89, 2001).

Segundo Navarro (2002), o desenvolvimento brasileiro foi dividido em duas etapas. A primeira ocorreu a partir dos anos de 1970, com a denominada "reforma verde", nesse período o Governo formulou políticas que auxiliassem a industrialização do campo, de modo a aumentar a produtividade do setor rural, aumentar a geração de emprego no campo e reduzir a desigualdade persistente no âmbito rural. Porém, não foi isso que ocorreu, a industrialização do campo favorecia diretamente os grandes produtores: eles detêm os instrumentos que permitem acesso a processos produtivos modernos e mercados, (inter)nacionais. O prolongamento desse modelo deixou milhares de pequenos agricultores/camponeses, trabalhadores na pobreza, à margem das políticas públicas, tanto para a agricultura quanto em relação à cidadania, caracterizando-se como um modelo excludente e, em simultâneo, concentrador.

A segunda fase do desenvolvimento rural, ocorre no âmbito mais recente, a partir dos anos 1990 o Brasil é forçado — pela crescente pobreza rural, conflitos e violência no campo, bem como a exigência da consolidação de uma agenda neoliberal que, atendesse aos anseios dos movimentos sociais — a criar as condições necessárias para a redução da pobreza no campo, reduzir a tensão social, possibilitando e acelerando a expansão do capitalismo no campo brasileiro.

Para Silva et. al. (2002) a estratégia de desenvolvimento para o espaço rural brasileiro decorre das transformações ocorridas no campo em relação ao desenvolvimento de ocupações rurais não-agrícolas — ORNA's[10] . A constatação de "um novo rural" promoveu o desenvolvimento de novas concepções em relação à funcionalidade do espaço rural brasileiro

[10] Esse processo é analizado por SILVA, José Graziano da.; GROSSI, Mauro Eduardo Del. CAMPANHOLA, Clayton**. O que há de realmente novo no rural brasileiro.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, vol. 19, n. 1 – jan./abr., 2002.

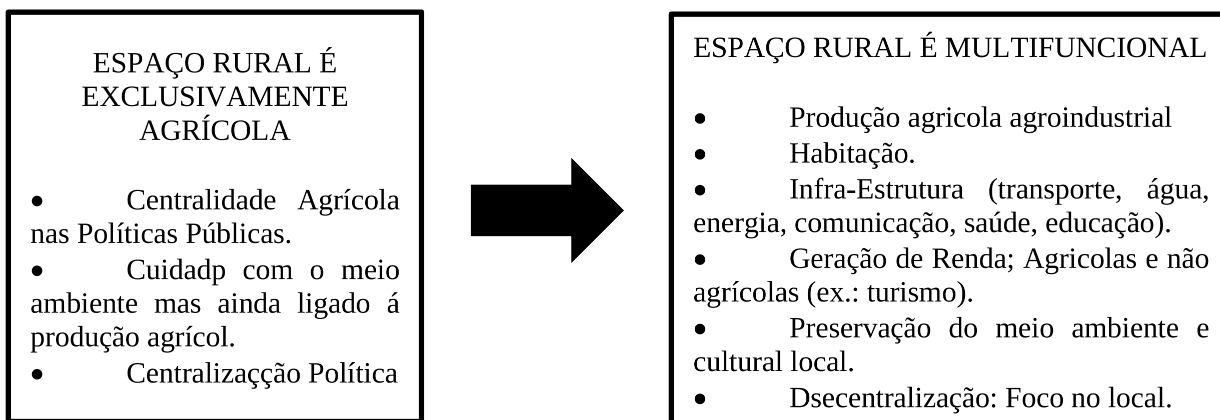
objetivando construir novas tipologias mais adequadas para retratar as novas funcionalidades do campo, onde a concepção setorial é substituída pela concepção territorial. Dessa forma, o "território" passa a ser a escala de planejamento para elaboração de políticas públicas.

Dessa forma o desenvolvimento rural está relacionado com a inserção de novos produtos e serviços, bem como a geração de emprego e renda para as famílias residentes no campo. Geralmente, "o objetivo maior das políticas para o desenvolvimento rural deve ser o de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais, tendo como meta o pleno exercício da cidadania" (SILVA et. al., p. 60, 2002). Nesse contexto, desenvolvimento rural representa uma saída para as limitações inerentes e a falta de perspectiva do paradigma da modernização e sua escala de industrialização impostas (ASSIS, 2006).

Para que cada uma das premissas se concretize, o desenvolvimento rural deve ser considerado no nível global a partir da relação, entre o rural e o urbano como um espaço multifuncional, deve-se dar atenção especial à sinergia entre os ecossistemas locais e regionais. Em seguida as empresas individuais, devem enfatizar novas formas de distribuição do trabalho familiar, especialmente a versatilidade, a complexidade das instituições no processo de desenvolvimento rural torna-o dependente da participação de múltiplos atores sociais nas relações entre as economias doméstica e global, deste modo faz-se com que o processo de desenvolvimento rural possua características bastantes peculiares (KAGEYAMA, 2004).

A Figura 2 apresenta um comparativo entre o alcance das políticas em relação à mudança paradigmática do agrário para o rural. O foco é ampliado, não é direcionado apenas para um setor específico — setor agropecuário — mas para o território, por isso à concepção do desenvolvimento territorial rural, em que coloca o espaço rural como multifuncional, indicando diversas possibilidades para a população rural, incluindo políticas de valorização dos espaços através da articulação entre o rural e o urbano.

Figura 2 – Comparativo entre a implementação de políticas públicas: da concepção setorial para a territorial



Fonte: SILVA, et. al., 2002, p. 63

De modo geral as políticas para o desenvolvimento rural envolvem um grupo de ações que foram implementadas dentro da política de desenvolvimento territorial rural. Esse grupo de ações decorre das seguintes políticas (SILVA, et. al., 2002).

- Políticas agrícolas
- Políticas de segurança alimentar
- Criação e expansão de políticas sociais
- Criação de novos mercados

A partir desse conjunto de ações, ocorre uma profunda produção teórica sobre a temática, os desafios, as particularidades e os avanços concretizados com a ampliação das ações, econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais que emergem a partir do modelo de desenvolvimento rural iniciado no final do século XX e consolidado no início do século XXI.

2.3.2 Territórios da cidadania

No ano de 2008, foi instituído o programa Territórios da Cidadania, do qual foi viabilizado por meio do decreto de 25 de fevereiro de 2008 (BRITO, 2012), o programa foi desenvolvido visando (PORTAL DA CIDADANIA, 2014):

> Art. 2º O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla:
> I - Integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;
> II -Ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;
> III - Ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;

> IV - Inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;
> V - Valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. (BRASIL, 2008).

Em seu início o programa contemplava 60 territórios, porém em 2010 o programa foi ampliado e beneficiou mais 60 territórios, gerando assim um total de 120 territórios criados e espalhados pelo Brasil. O Estado do Ceará possui seis territórios: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sobral, Sertão Central, Sertões de Canindé , Vales do Curu e Aracatiaçu (CANUTO, 2011). Tais territórios escolhidos pelo programa apresentavam um histórico de vulnerabilidade e desigualdade social e "em sua grande maioria possuem uma economia de base agropecuária, que carecem de políticas públicas destinadas à integração de medidas que possibilite a geração de renda para esta população" (PEREIRA, 2010, p. 2 *apud* ALVES, 2017).

Os territórios foram divididos por todas as regiões do Brasil, sendo: 56 na Região Nordeste; 27 no Norte; 15 no Sudeste; 12 no Centro-Oeste e 10 na Região Sul, segundo o Portal da Cidadania (PORTAL DA CIDADANIA, 2014). Destinado às regiões brasileiras que mais precisam de ajuda para se desenvolver e tendo como principal agente o meio rural. O programa definia um território rural, através dos seguintes parâmetros:

> Conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; densidade populacional menor que 80 habitantes/Km²; organizados em territórios rurais de identidade; integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI) (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, p. 2, 2008).

Além disso, era exigido que os territórios, ao qual o programa irá ajudar/desenvolver estivesse enquadrado nos critérios de identificação territorial, que eram os:

> menor IDH; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; da maior concentração de populações quilombolas e indígenas, maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado da federação (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, p. 2 e 3, 2008).

Os municípios atendidos pelo Programa Território Cidadão tiveram suas ações formuladas em conjunto com os três órgãos de governo (União, Estado e Município) e a comunidade. Nesta instituição tripartite, a Comissão Territorial foi responsável por formular planos de desenvolvimento local e uma agenda de ação baseada nas situações desfavoráveis de cada região. Os planos e processos de desenvolvimento seriam realizados por meio do gerenciamento social. Quando se trata de desenvolvimento territorial, a gestão social estipula a

articulação entre os diversos agentes locais.

> Uma Matriz de Ações é apresentada todo ano em cada território, contendo as ações ofertadas pelo Governo Federal, com dados descritivos, metas e valores territorialidades. Em seguida, o Comitê de Articulação Estadual realiza e coordena o debate territorial com os colegiados e indica demandas e prioridades com base em seus Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Na etapa seguinte, a partir das indicações dos Colegiados, o Governo ajusta e complementa a Matriz, produzindo o Plano de Execução, base para o monitoramento e o controle social das ações pactuadas. Finalmente, os Relatórios de Execução disponíveis no Portal da Cidadania detalham estágios da execução e as providências adotadas (ALVES, p. 62, 2017).

A ideia de unir os municípios em aglomerado de território tinha como objetivo facilitar a formulação e o direcionamento de ações para atender às necessidades locais. “No Estado do Ceará, foram investidos 1.694.157.372,38 reais em 2010, assim distribuídos: Cariri - 27,67%, Inhamuns Crateús – 20,15%, Sertão Central – 14,12%, Sertões de Canindé – 6,17%, Sobral – 12,58% e Vales do Curu e Aracatiaçu – 19,31%” (CANUTO, p. 18, 2011).

Interessando-se em alcançar os objetivos propostos, o Programa gerava anualmente matrizes de ações, planos e relatórios de execução, para se obter o melhor desempenho de cada território. Deste modo, em seu primeiro ano de implementação, o programa definiu 180 ações, divididas com base no seu modo de atuação e necessidade, onde seriam estimuladas para apoiar as atividades produtivas, cidadania, direitos e qualificação de infraestrutura. Para estas categorias de ações foram investidos 9,3 bilhões de reais para o custeio de tais medidas, nos 60 territórios atendidos pelo plano (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2009). Para o ano de 2010, o investimento foi de 27 bilhões de reais para a realização de 169 ações, do quais contemplaram os seguintes grupos: direitos e desenvolvimento social: organização produtiva sustentável: saúde, saneamento e abastecimento de água; educação e cultura; infraestrutura e apoio ao gerenciamento territorial (TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, 2010 *apud* BRITO, 2012).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 Reflexões teóricas e conceituais: de camponês a agricultor familiar

O termo agricultura familiar e a categoria de agricultores em questão, tiveram um peso significativo no desenvolvimento de diversos países, que atualmente já convivem com o desenvolvimento tecnológico na agricultura, necessitando cada vez menos de mão-de-obra para o desenvolvimento de atividades agrícolas. Existem diversas teses que explicam como o modelo de organização do espaço rural impactou no nível de desenvolvimento vivenciado por esses países — EUA, Alemanha e Rússia.[11]

De acordo com Wanderley (p. 02, 1996) "o conceito de agricultura familiar, é entendido como aquele, onde a família, ao mesmo tempo, em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo". Ou seja, de forma genérica, a agricultura familiar associa-se à família-produção-trabalho. No Brasil, o termo passou a ser utilizado a partir dos anos de 1990, sendo cada vez mais usado por pesquisadores, tornando essa categoria um dos principais pilares para o modelo de desenvolvimento rural.

Ao se buscar maiores contribuições para a definição do conceito de agricultura familiar na literatura, observa-se uma ampla diversidade de princípios que se seguem para formular tais conceitos, dentre tantas vertentes que se tem, duas aparecem em destaque; a primeira seria, de que a agricultura familiar moderna é uma categoria nova, que está em transição para uma sociedade capitalista desenvolvida e a segunda seria de que a agricultura familiar é meramente um conceito, pois ela é constituída como sendo a evolução da produção camponesa, da qual ainda possui fortes semelhanças (ALTAFIN, 2007).

Ao se tentar conceituar a agricultura familiar, tem-se que entender que o termo pode ser considerado um derivado da agricultura camponesa, pois ambos os termos apresentam características de família como proprietária dos meios de produção, realizando trabalho no próprio estabelecimento produtivo. Porém, o campesinato tradicional como explica Mendras (1976) tem lá suas peculiaridades, que as classifica como:

---

[11] Para um maior aprofundamento a respeito da natureza do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Indico a leitura de LÊNIN, Vladimir Ilich**. Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América. Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.** São Paulo: Brasil Debates, 1980. Indico também: DE OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa. **Processo de industrialização: do capitalismo originário ao atrasado**. Unesp, 2003.

> "uma relativa autonomia face à sociedade global; a importância estrutural dos grupos domésticos, um sistema econômico de autarcia relativa, uma sociedade de inter-conhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global." (MENDRAS, 1976 *apud* WANDERLEY, p. 3, 1999).

No âmbito teórico a existência que se tem de atribuir maiores valores conceituais a categoria da agricultura familiar no Brasil, se dá principalmente a partir da década de 1990, quando ocorre uma mudança de paradigma conceitual e coloca a agricultura familiar como um dos vetores para o desenvolvimento do País, com a implantação do Pronaf.

O conceito de agricultura familiar pode ser confundido com a definição adotada pelo Pronaf[12], que classifica como sendo ou não agricultura familiar, a partir do poder que se tem para contribuir com a produtividade sendo gerada diante das transformações exercidas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. Para outros autores, como Hugues Lamarche (1998) e Nazareth Wanderley (1999), a agricultura familiar está relacionada com a capacidade que os agricultores têm de se adaptar às mudanças inseridas no mercado (ALTAFIN, 2007).

A ideia central é que os agricultores familiares são atores sociais da agricultura moderna e de certa forma, isso é resultado da atuação do próprio Estado, pois é por consequência das políticas públicas que se devem fundamentar a formação do conceito, mas de modo geral por agricultura familiar entende-se "uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão ligados à família" (LAMARCHE, 1993, p 15 *apud* HOLANDA, 2010).

> Na verdade, o debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato "tradicional" com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo "personagem" na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado modernos […] (WANDERLEY, p. 44. 2003).

---

[12] LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.
Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.
Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:
I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo
IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL,2006)

Segundo Abramovay (p. 22, 1992) "[…] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa […]". Apesar das características familiares, o autor acredita que existem diferenças conceituais, cujas origens são os diferentes ambientes sociais, econômicos e culturais representados por cada grupo. A racionalidade da organização familiar, não depende da própria família, mas da capacidade da família de se adaptar e promover comportamentos adequados ao ambiente social e econômico para o seu desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1994).

Em se tratando de políticas voltada a agricultura familiar pode ser listada algumas das mais importantes para o setor, das quais visam beneficiar o agricultor familiar. Políticas essas que abrangem não apenas linhas de crédito, mas sim vários aspectos, pois há diferentes estruturas e situações que requerem de políticas com específicas finalidades (SILVA, COSTA, GUIMARÃES, 2016). As políticas que serão destacadas a seguir referem-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

3.2 Programa Nacional De Fortalecimento Da Agricultura Familiar – Pronaf.

As políticas implantadas para o fortalecimento da agricultura familiar, envolve um conjunto de medidas que vão deste a garantia da renda, caso o agricultor perdesse sua produção devido a fatores climáticos, como até, ao ensinamento de novas técnicas que possibilitem uma maior obtenção da produtividade (SILVA, 2003). Segundo Grisa, Schneider (2014) o Estado brasileiro visando desenvolver condições melhores para se aumentar a produção de alimento, vem promovendo um conjunto de ações e políticas públicas que englobam a oferta de crédito rural com taxas de juros acessíveis, seguro agrícola, incentivos fiscais para a exportação, garantia de preço mínimo para os produtos e desenvolvimento da infraestrutura produtiva.

> […] Compreende um conjunto de ações voltadas para melhoria da vida dos agricultores familiares do semiárido brasileiro tendo com o principais ações: a) o seguro-safra (renda mínima aos produtores); b) a compra de alimentos pelo governo federal, garantindo renda aos agricultores da região; c) o acesso ao crédito para ações de manejo e captação de recursos hídricos, investimento em culturas forrageiras e manejo da caatinga:d) o Cartão Alimentação para compra de alimentos; e) a assistência técnica e educação para desenvolvimento de metodologias e tecnologias de convivência como semiárido […] (SILVA, p. 377 e 378, 2003).

Esse segmento específico da agricultura brasileira, sempre encontrou grandes dificuldades já que dificilmente obtinha apoio do Estado ou se beneficiava diretamente das políticas públicas, mas apesar de todos os entraves encontrados pelos pequenos produtores, o

segmento familiar vem resistindo aos diversos ciclos de dificuldades que os colocam permanentemente em situação de vulnerabilidade econômica e social. O Censo Agropecuário de 2006 trouxe grandes revelações em relação à importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, bem como para a geração de emprego e renda a partir da diversidade na produção (HOLANDA, 2010).

> […] é importante destacar que, no final dos anos 1980, o Estado brasileiro vivenciava um período de intensas mudanças político-econômicas. O processo de liberalização econômica construído a partir das ideias de um novo referencial global (o neoliberalismo) para enfrentar a crise política e financeira das décadas de 1980 e 1990 – impôs novas estratégias e instrumentos para a ação governamental: redução da intervenção do Estado, desregulamentação das atividades econômicas, privatização de companhias estatais, liberalização dos mercados etc (GRISA, SCHNEIDER, p. 130, 2014).

O governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), no ato de sua obrigação, estabeleceu medidas que buscassem modificar o atual cenário econômico, propondo formular políticas públicas de dimensões neoliberais, que visassem alterar o paradigma vivenciado na economia até então. Diante desse novo modelo que se inseriu na economia, as políticas voltadas para o rural buscava reduzir as desigualdades existentes no campo, aumentar a produtividade de forma sustentável dos estabelecimentos rurais e tentar inserir tais produtores em um mercado, onde pudessem gerar e aumentar sua renda, melhorando assim suas condições de vida (STOFFEL, 2013; DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011).

> […] está sendo implementado o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais - PIM… Em 2001, o Governo Federal lançou o Programa Sertão Cidadão: Convívio com o Semiárido e Inclusão Social, com a proposta de desenvolver ações permanentes para elevar os indicadores de educação, renda e saúde do semiárido… Com a participação da sociedade civil e a articulação de diferentes órgãos e esferas governamentais, foi proposta a criação de um Sistema de Planejamento e Gerenciamento do Semi-Árido, com a finalidade de monitorar a dinâmica espacial e temporal de sistemas ecológicos e socioeconômicos no semi-árido. Outra iniciativa proposta foi a implementação do Programa de Disseminação de Tecnologias Apropriadas para o Semiárido… em abril de 2003, foi lançado o Programa de Ações Integradas de Convivência com o Semi-Árido (Programa Conviver) […] (SILVA, p. 377, 2003).

Em 1996 foi implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), promovendo uma revolução no campo brasileiro, principalmente em regiões periféricas com o acesso de milhares de agricultores às diversas linhas de crédito ofertadas. (BUAINAIN, 2006).

O Pronaf com o passar dos anos (+ de 20 anos) proporcionou a inclusão de milhares de agricultores ao sistema de crédito, ampliando e estimulando mudanças em relação à diversificação de produtos a partir do desenvolvimento do capital humano e das potencialidades

para o acesso aos mercados e através de seu modo de atuação vem modificando a forma de se produzir e fazendo a inclusão econômica e social de milhares de famílias. Esse processo modificou significativamente o panorama sobre a população residente no espaço rural, incluindo o acesso a serviços públicos – saúde, educação, lazer e a inserção no mercado consumidor. A expansão dos mercados, proporcionado pelas políticas de desenvolvimento rural, característica do mundo globalizado induz a uma mudança paradigmática em relação às funções do campo no processo de acumulação de capital no início do século XXI.

Esse processo, decorre da necessidade de se produzir valores de troca, ou seja, a produção para subsistência — valores de uso — não contribui para a expansão capitalista, que se materializa através da produção para o mercado. Parte dos resultados desse programa — Pronaf, já foi constatado pelo Censo Agropecuário de 2006, que destacou a importância da agricultura familiar para a redução da pobreza rural, para a produção de alimentos e para a geração de emprego e renda.

> Do ponto de vista produtiva destaca-se a grande importância da agricultura familiar, com ênfase nas seguintes informações: 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite. Além disso, os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar (MATTEI, p. 90, 2014).

Com a diversificação das políticas voltadas para o âmbito rural, o desenvolvimento que se espera alcançar, não é somente concentrado nos aspectos ambiental, social e econômico, mas também no político (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011). Diante disso as políticas de desenvolvimento rural que vêm sendo implantadas no território brasileiro na última década, tem restauração da importância econômica e do valor rural como fator impulsionador do desenvolvimento nacional; tendo uma maior preocupação para se reduzir ao máximo qualquer categoria de desigualdade existente no campo (MATTEI, 2014).

3.3 Programa De Aquisição De Alimentos – PAA.

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) o país apresentava uma área agrícola de 236.159 hectares (x1000 ha) no ano de 2016. Essa área agrícola vem apresentando crescimento, foi estimado que entre o ano de 2016 e 2018 ocorreu um aumento de 3,3% (IBGE, 2018). Contudo, essa elevada capacidade de produzir alimentos não impediu que milhares de famílias vivessem em situação de vulnerabilidade econômica e social, de acordo com dados do:

> PNAD de 2009 (IBGE, 2010) revelaram que 8.4 milhões de pessoas que faziam parte da população rural total (30.7 milhões de pessoas) eram classificadas como pobres (renda per capita mensal de até ½ salário mínimo, que em valores de setembro de 2009 correspondia a R$ 207,50 reais) (MATTEI, p. 73, 2014).

A agricultura familiar, além da mão-de-obra utilizada na produção, também se caracteriza pela maior diversidade da cadeia produtiva de alimentos, predominando a policultura[13] e contribui de forma significativa para a preservação ambiental e para o abastecimento do mercado interno favorecendo a segurança alimentar, principalmente para grupos em situação de vulnerabilidade. A redução das taxas de desnutrição do país, e no Ceará, especificamente decorre da produção familiar e não da produção centrada na monocultura [14](BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001). "Em todas as regiões do país, estima-se que cerca de 27,8% da população brasileira sofre de algum tipo de insegurança alimentar ou nutricional e aproximadamente 10,5% das pessoas sofriam de desnutrição entre 2000 e 2002" (SAMBUICHI et al, p. 7, 2019 *apud* INSTITUTO CIDADANIA, p. 8, 2001).

Nas últimas décadas, o Governo brasileiro vem desenvolvendo programas de erradicação da fome, essa discussão começou a se intensificar no final da década de 1980 e ganhou maior impulso na década de 1990, desde então, o assunto passou a dominar a agenda política do Brasil (GRISA, 2011). No início do governo Lula (2003-2011), o assunto ganhou ainda um espaço maior, pois foram inseridas diversas pautas relacionadas à segurança alimentar. Com a recriação [15]da Comissão Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2003, e a formulação de políticas públicas especificamente para esse fim, possibilitou a criação do programa social, Fome Zero, do qual tem por objetivo promover ações para garantir segurança alimentar e nutricional aos brasileiros (MENEZES; SANTARELLI, 2013).

A integração do Consea na agenda de Desenvolvimento Rural levou o Brasil a adotar um conceito abrangente (SAMBUICHI et al, 2019) de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)[16], que não se limita ao acesso aos alimentos, mas inclui também a sustentabilidade dos

---

[13] Policultura é a prática de se cultivar (ou criar) vários tipos de plantas (ou animais) no mesmo terreno. É o cultivo de diversos produtos em uma área (FERREIRA, p. 1355, 1986)

[14] ocorre quando, em uma determinada área, a produção vegetal ou animal se dá de forma isolada em um período específico, que normalmente é categorizado por um ano agrícola (HIRAKURI, 2012)

[15] Foi criado em 22 de abril de 1993, pelo Decreto 807/93 (BRASIL, 1993).

[16] Art. 10. O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País (BRASIL, 2003).

sistemas agroalimentares e a transformação da matriz alimentar de produção.

> O conceito de SAN utilizado no Brasil, o qual é oriundo das conferências nacionais de segurança alimentar e fruto de grande mobilização de organizações da sociedade civil, está definido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN)[6], sancionada em setembro de 2006, como "a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis"(ALBUQUERQUE, p. 897, 2009).

O desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, foi resultado da combinação de dois importantes debates que datam da década de 1990 no Brasil. O primeiro são as questões centrais do combate à fome e da garantia da segurança alimentar e nutricional do povo brasileiro. Já segundo, busca reconhecer a agricultura familiar como categoria social conforme as políticas governamentais (GRISA, 2011).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), foi criado originalmente pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, porém tal lei sofreu modificações e a que passa a vigorar é a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. O PAA apresenta explicitamente dois objetivos a serem cumpridos: o primeiro seria aferir acesso à alimentação adequada para as famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza e o segundo e não menos importante incentivar a produção diversificada de alimentos pelos agricultores familiares.

> Art. 33. O art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:
> " Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos, compreendendo as seguintes finalidades:
> I - Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
> II - Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
> III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
> IV - Promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
> V - Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
> VI - Apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e
> VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização. (BRASIL, 2011).

Além disso, o PAA conta com dois vieses de objetivos. Tendo como os objetivos legais, que são os colocados pela lei de sua criação, mas também conta com os objetivos que foram sendo inseridos diante da evolução do programa, sendo:

> i) incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar; ii) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização; iii) promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; iv) incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e v) estimular o cooperativismo e o associativismo (SAMBUICHI et al; p. 17, 2019).

O Programa de Aquisição de Alimentos, por possuir objetivos que visam erradicar a fome e possibilitar acesso de mercado para os agricultores escoarem sua produção a preços justos, deste modo o programa alcança tanto os fornecedores de alimentos quanto seus consumidores, para usufruírem de tal medida. Assim para ter acesso ao programa como fornecedor o agricultor precisa se enquadrar nos requisitos da Lei 11326/06 | Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Lei da Agricultura Familiar). Já os consumidores são pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional ou atendidos pela rede socioassistencial e equipamentos de alimentação e nutrição (MDS, 2010).

3.4 Programa Nacional De Alimentação Escolar – PNAE.

Por meados de 1930, o Governo brasileiro expressa preocupação com os níveis de fome e nutrição, de modo a combater a desnutrição que vinha se apresentando com o grave problema de saúde pública, foi implantado medidas que pudessem aferir melhores qualidades na alimentação da população, assim foi criado em 1 de maio de 1940 o Serviço de Alimentação da Previdência Social, que visava a melhoria dos hábitos alimentares dos trabalhadores brasileiros; em 1945, o Comitê Nacional de Alimentos foi estabelecido posteriormente com a ajuda de doações internacionais de alimentos, se tem início o Movimento Nacional de Refeições Escolares (PEIXINHO, 2013) (DOS SANTOS; DE SOUSA COSTA; TORRES, 2016).

O Movimento Nacional de Refeições Escolares, teve bastante auxílio de instituições internacionais, que assim como o programa preocupa-se com os níveis de desnutrição e a má alimentação da população. A década de 1950 foi de suma importância para a formulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nesse período tem-se a caracterização advinda dos recursos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), denominado FÍSI no Brasil — Fundo Internacional de Ajuda à Infância. Já 1960 é considerada como sendo a segunda fase do programa, pois nesse período os alimentos empregados no programa são advindos dos Estados Unidos, por meio da parceria com o Programa Alimentos para a Paz, do qual é financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e o Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas (ONU). Nessas décadas, a estruturação do plano de alimentação escolar foi proposta pela primeira vez, sob responsabilidade do governo federal e abrangendo todo o país (PEIXINHO, 2013; PEDRAZA

et al, 2018).

Somente no ano de 1988, através da Constituição Federal, o tema da alimentação escolar no país se consolida, passando a garantir que todos os alunos do ensino fundamental público tenham direito à alimentação escolar, garantidos pelos governos federais, estaduais e municipais. Tal marco se deu através do Art. 208, inciso VII [17](PEIXINHO, 2013).

Através da constituição de 1988 a alimentação escolar passou a ser direito do aluno e uma obrigação do Estado. Para resguardar esse direito, foi instituído o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que diante a resolução nº 6, de 8 de maio de 2020, presente no Art. 4º tem por objetivo:

> Art. 4º O PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. (BRASIL, 2020).

O PNAE é um dos maiores programas mundiais de alimentação escolar, considerando os direitos humanos à alimentação adequada e a segurança alimentar e nutricional. O programa passou por grandes mudanças desde sua criação, principalmente nas últimas décadas, uma das principais conquistas do PNAE é a aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, quando foi estabelecida a obrigatoriedade da presença de um nutricionista como Responsável Técnico no quadro de funcionários de todas as Entidades Executoras. Isso possibilitou uma melhor qualidade de atendimento do PNAE para atingir seu objetivo (DOS SANTOS; COSTA; LANDEIRA, 2016 *apud* FERREIRA; ALVES; MELLO, 2019).

> Art. 11. A responsabilidade técnica pela alimentação escolar nos Estados, no Distrito Federal, nos Municípios e nas escolas federais caberá ao nutricionista responsável, que deverá respeitar as diretrizes previstas nesta Lei e na legislação pertinente, no que couber, dentro das suas atribuições específicas (BRASIL, 2009).

Para participar do abastecimento do PNAE, o agricultor precisa primeiro ter a

---

[17] Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito;
III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
IV - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
V - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
VI - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988).

Declaração de Capacidade do Pronaf (DAP) válida e atualizada. O programa possibilita a inserção de empresas individuais, associações ou cooperativas formais, que também possuem a DAP. Os agricultores fornecem sua produção para o PNAE, através de chamadas públicas[18]. Deste modo a entidade responsável anuncia sua intenção de compra de alimentos e seleciona a partir das propostas enviadas pelo produtor. Este meio de chamada pública substitui as licitações, fazendo assim com que o fornecimento de alimentos para o programa seja menos burocrático (MDS, 2021)

Quando os projetos são direcionados a comissão organizadora do PNAE, para poderem ser analisados e julgados como apto a se tornar fornecedor ou não, os projetos passam por uma triagem, onde são organizados por ordem de prioridades: agricultores familiares locais; agricultores do território rural; produtores familiares do estado; projetos de venda de outros estados; projetos de venda no país (MDS, 2021; FDNE, 2021).

Para o produtor rural, o PNAE representa um importante canal de comercialização e geração regular de renda, pois tal fornecimento de alimentos ocorre de forma planejada e contínua, o que possibilita e garante a assunção de compromissos futuros. Essa confiança que os produtores têm no programa, de saber que sua produção terá um destino "certo", estimula os agricultores a aumentar sua produção de alimento, possibilitando um aumento na criação de emprego e geração de renda no campo (FDNE, 2021).

Muitas outras políticas foram implementadas para dar suporte ao agricultor familiar. Essas políticas incluem a assistência técnica, ações de minimização dos riscos próprios da atividade agrícola, garantia de uma estabilidade nos preços e mercado para absorver os produtos desse segmento. No Quadro 1, pode-se observar uma síntese das principais políticas voltadas para o segmento da agricultura familiar no Brasil.

[18] As chamadas públicas, são as informações necessárias para que o fornecedor execute o projeto corretamente, por isso é importante estar atento aos editais da chamada para o fornecimento, onde indica quais informações são fundamentais para se tornar fornecedor. Informações essas que são: Informações sobre os produtos (os tipos e quantidades); Cronograma de entregas (o período e a frequência do fornecimento); Locais de entrega da produção... (CULTE, 2021).

Quadro 1 — Políticas públicas vigentes de apoio à agricultura familiar no Brasil.

POLÍTICAS PÚBLICAS	OBJETIVOS
PRONAF	Criado em 1995, o PRONAF tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários. Este programa garante a diversificação de atividades agrícolas nas propriedades familiares, possibilita o empreendedorismo por meio do processamento e agro industrialização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, bem como atende às exigências mercadológicas e de adoção de práticas conservacionistas para uma produção ambiental, econômica e socialmente sustentável.
PNATER	Foi instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010. Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), estabelece as diretrizes e metas para os serviços públicos de ATER no País. Criada visando atender apenas os agricultores familiares a Política Nacional de ATER — PNATER foi concebida para atuar com visão ampliada de desenvolvimento sustentável; enfatizar novos enfoques metodológicos participativos, privilegiando o intercâmbio e construção do conhecimento; utilizar paradigma tecnológico pautado nos princípios da Agroecologia; respeito às diferentes identidades dos agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais; privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios; entre outros.
SEAF	É uma ação exclusiva para os agricultores familiares que realizam financiamentos de custeio agrícola no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O SEAF garante a cobertura total do financiamento, mais 65% da receita líquida esperada da família produtora que perder a safra em razão de fenômenos climáticos amparados pelo Seguro. O Fundo de Garantia- Safra é uma ação do PRONAF de atendimento aos agricultores familiares do semiárido, no caso de perda de safra devido à seca. O Garantia-Safra foi instituído pela Lei nº 10.420/2002 e alterado pela Lei nº 10.700/2003, com o objetivo principal de possibilitar tranquilidade e segurança para o exercício da atividade agrícola no semiárido brasileiro.
PGPM	É uma importante ferramenta para diminuir oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, atuando como balizadora da oferta de alimentos, incentivando ou desestimulando a produção e garantindo a regularidade do abastecimento nacional. A CONAB atua no PGP[illegible] Continua. [illegible] Agrícola do Governo com análises de mercado, avaliação da oferta e da demanda (inter)nacional, planos de abastecimento e na Proposta de Preços Mínimos, documento tomado como base técnica para a discussão e definição dos Preços Mínimos entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Ministério da Economia (ME) e o Conselho Monetário Nacional (CMN).
PNCF	Oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural através de um financiamento. Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e no que mais for necessário para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma.
SENAF	Identifica a origem e fornece as características dos produtos da agricultura familiar, visando fortalecê-la perante o público consumidor. Cada produto tem sua própria numeração com validade do SENAF de dois anos, podendo ser renovado. É concedido às agroindústrias e cooperativas/associações portadoras

Continua.

Continuação.

	da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Há 7 modalidades do Selo Nacional da Agricultura Familiar, sendo: Senaf, Senaf Mulher, Senaf Juventude, Senaf Quilombola, Senaf Indígena, Senaf Sociobiodiversidade e Senaf Empresas.
PNAE	É um dos mais antigos programas sociais do governo federal e um dos maiores programas de alimentação do mundo. Instituído pela Resolução nº 26/2013, e complementado pelas Resoluções nº 04/2015 e nº 01/2017. O programa repassa para as secretarias de educação dos Estados, municípios e escolas federais, em torno de R $4,3 bilhões, anualmente voltados para a compra de alimentos saudáveis que respeitem a vocação agrícola local, os hábitos alimentares e as tradições locais.
PAA	Foi instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003. Destina-se à aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, buscando o fortalecimento dos processos de comercialização de seus produtos a partir de dois grandes eixos, a saber: i) a compra direta para doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, tais como: escolas, creches e asilos, visando garantir a segurança alimentar e nutricional deste público; e ii) apoio à formação de estoques e sua posterior comercialização no mercado. O PAA é voltado para famílias enquadradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Fonte: EMBRAPA, 2021.

O conjunto de ações destinadas para a agricultura familiar coloca este segmento nas estratégias de Governo que reconhecem sua importância econômica e social para o desenvolvimento rural. A inclusão dos agricultores familiares no rol das políticas públicas iniciou-se ainda na década de 1990, consolidando-se nos anos 2000. Pode-se observar que as ações visam financiamento subsidiado com o Pronaf, assistência técnica e extensão rural com o Pronater, crédito fundiário para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural através de financiamento, certificação dos produtos da agricultura familiar através do SNAF. Conta ainda com ações para garantir e expandir o mercado para os produtos da agricultura familiar, através dos Programas PAA e PNAE, sendo também um vetor para a manutenção da segurança alimentar.

Nesse contexto, observa-se que houve a criação de uma estrutura de ações públicas que possibilitou o desenvolvimento da agricultura familiar no País, contudo, é importante esclarecer que o Brasil é um País de grande extensão territorial com diversas particularidades regionais. Dessa forma, o impacto dessas ações dependem também de ações nos níveis estaduais e municipais bem como da organização dos agricultores e do fortalecimento das instituições envolvidas, para garantir a sua eficácia.

4 DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CEARÁ

4.1 Agricultura familiar: Brasil, Nordeste e Ceará

A agricultura familiar tem uma grande representatividade no Brasil, a quantidade de estabelecimentos registrados pelo censo agropecuário (2017) mostra que aproximadamente 77% do total de estabelecimentos agropecuários são de agricultura familiar. Na Tabela 01 é possível observar esta representatividade tanto no âmbito nacional quanto regional.

Conforme a Tabela 1 o Brasil comporta 3.897.408 estabelecimentos agropecuários com gerenciamento familiar, tais estabelecimentos reúnem mais de 60% do total de trabalhadores ocupados no campo. Ao nível regional essa representatividade é maior ainda, pois 79,18% dos estabelecimentos agropecuários são de agricultura familiar, absorvendo cerca de 74% da mão-de-obra ocupada. Por outro lado, quando se observa a área total utilizada em comparação com a agricultura não familiar, evidencia-se uma profunda desigualdade, mantendo-se uma forte concentração em favor do segundo grupo. Esta concentração é mais acentuada quando analisada para o Brasil na totalidade, em que cerca de 26% dos estabelecimentos de agricultura não familiar ocupam mais de 70% da área total.

Tabela 1– Número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado: BR, NE e CE — 2017.

	Nº de Estabelecimentos		**Área Total**		**Pessoal Ocupado**	
	Número	%	Há	%	Número	%
Brasil	**5.073.325**	**100**	**351.289.816**	**100**	**15.105.125**	**100**
Agricultura Não Familiar	1.175.916	26,18	270.398.732	76,97	4.989.566	33,03
Agricultura familiar	3.897.408	76,82	80. 891.084	23,03	10.115.559	66,97
Nordeste	**2.322.719**	**100**	**70.893.865**	**100**	**6.376.764**	**100**
Agricultura Não Familiar	483.873	20,82	44.968.122	63,43	1.668.094	26,16
Agricultura familiar	1.838.846	79,18	25.925.743	36,57	4.708.670	73,84
Ceará	**394.330**	**100**	**6.908.179**	**100**	**928.646**	**100**
Agricultura Não Familiar	96.862	24,5	3.565.572	51,6	242.173	26,1
Agricultura familiar	297. 862	75,5	3.342.608	48,4	686.473	73,9

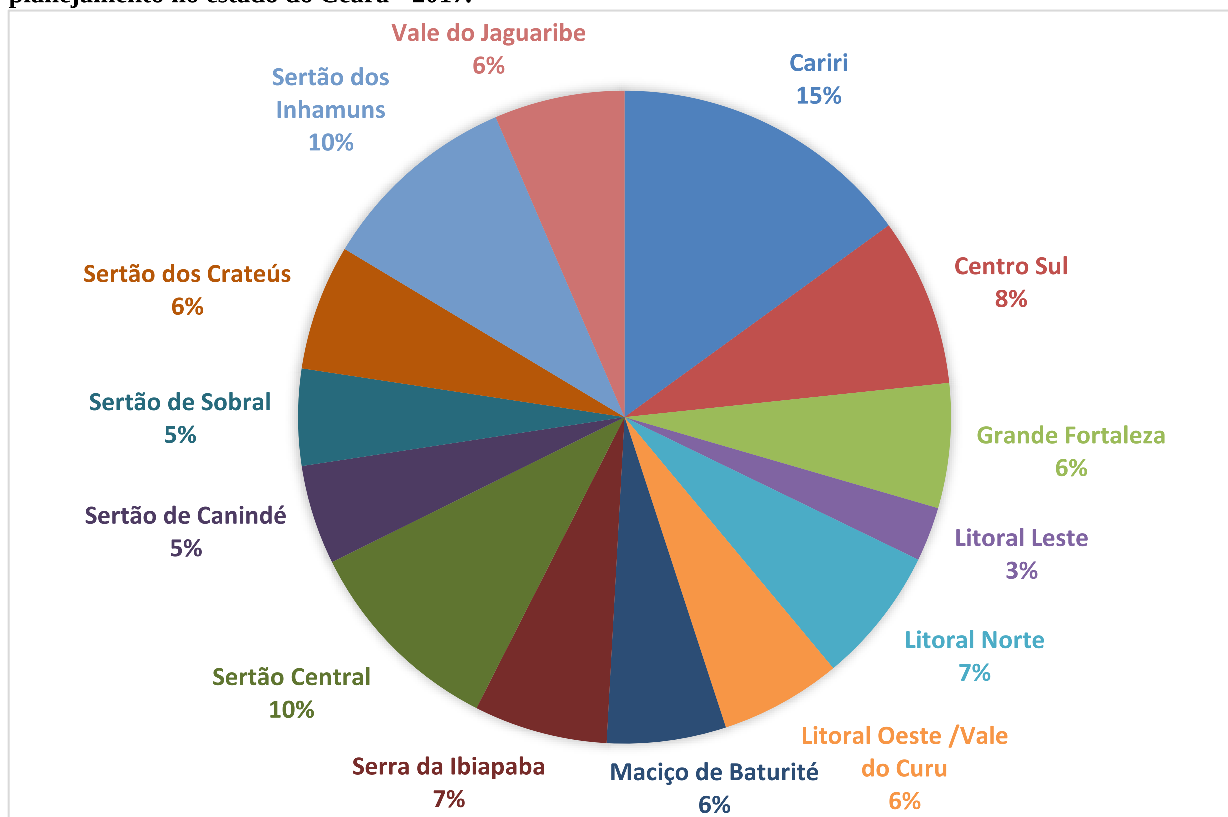
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

Segundo os dados da tabela 1 o estado do Ceará mantém um perfil semelhante ao Brasil e Nordeste, contudo destaca-se uma menor disparidade em relação à área ocupada, 48,4% utilizada para a agricultura familiar e 51,6% para agricultura não familiar. 75,5% dos estabelecimentos agropecuários são de base familiar e, nestes estão ocupados 73,9% dos trabalhadores rurais. Dessa forma, registra-se a predominância da agricultura familiar em relação à não familiar que, embora ocupe 51,6% da área ocupada, apresenta pouca capacidade de absorção de mão-de-obra.

4.2 Agricultura familiar no Ceará: por região de planejamento

Em relação à espacialidade da agricultura familiar no Ceará, o Gráfico 1 mostra através das regiões de planejamento, onde existe uma maior predominância do grupo de agricultores. Observa-se portanto uma significativa representatividade nas regiões Cariri e Inhamuns com 15% e 10% dos estabelecimentos, respectivamente.

Gráfico 1 – Percentual dos estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar por regiões de planejamento no estado do Ceará - 2017.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 2 apresenta a espacialidade da agricultura familiar conforme o número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado. A região do Cariri destaca-se em relação à quantidade de estabelecimentos, segundo o levantamento existem mais de 44 mil. As regiões Sertão Central e Sertão dos Inhamuns mostram-se com bastante relevância em relação ao número de estabelecimentos, quando comparado com as demais regiões. É importante destacar que essas três regiões concentram 38,51% da área ocupada pela agricultura familiar, sendo que as mesmas absorvem 34,72% do pessoal ocupado na agropecuária, considerando o estado na totalidade. Observa-se também que em relação ao tamanho médio dos estabelecimentos, no Cariri, a área média é de aproximadamente 9 ha, enquanto para as regiões Sertão Central e Inhamuns essa área é de 16 e 13 hectares respectivamente.

Tabela 2 — Agricultura familiar no Ceará: número de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado nos territórios de identidade — 2017.

Territórios de Identidade	Estabelecimentos		Área Total		Pessoal Ocupado	
	Número	**%**	**Há**	**%**	**Número**	**%**
Cariri	44.691	15	396.247	11,85	100.209	
Centro Sul	24.779	8,32	325.386	9,73	49.730	7,24
Grande Fortaleza	18.400	6,18	84.850	2,54	41.151	6
Litoral Leste	8.012	2,69	61.485	1,84	17.668	2,57
Litoral Norte	20.165	6,77	114.831	3,44	51.408	7,49
Litoral Oeste /Vale do Curu	17.916	6,02	178.057	5,33	49.385	7,19
Maciço de Baturité	17.576	5,90	87.077	2,61	43.441	6,33
Serra da Ibiapaba	19.701	6,61	78.535	2,35	46.204	6,73
Sertão Central	30.340	10,19	490.433	14,67	70.797	10,31
Sertão de Canindé	14.678	4,93	183.704	5,49	36.523	5,32
Sertão de Sobral	18.533	6,22	128.884	3,86	31.817	4,64
Sertão dos Crateús	29.586	9,93	487.246	14,58	39.441	5,75
Sertão dos Inhamuns	14.251	4,78	401.101	11,99	67.428	9,82
Vale do Jaguaribe	19.234	6,46	324.772	9,72	41.271	6,01
CEARÁ	**297.862**	**100**	**3.342.608**	**100**	**686.473**	**100**

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Com base nos dados da Tabela 2, a região do Sertão Central apresenta a maior área de ocupação dos estabelecimentos familiares, tendo um total de mais de 490 mil hectares. Essa proporção de área mostra a grande potencialidade de produção desta região que, se associar a assistência técnica adequada e outras políticas de fortalecimento para a agricultura familiar, pode ser um grande vetor para o desenvolvimento rural da região, contribuindo para a produção de alimentos e geração de emprego e renda para a população rural.

Os estabelecimentos da agricultura familiar com maior área estão localizados na região Sertões de Crateús, em média os estabelecimentos têm 26 há, como demonstra a tabela 2. Nessa região, encontra-se apenas 6,22% dos estabelecimentos em relação ao estado, absorve apenas 5,74% do pessoal ocupado na agropecuária

A região Litoral Leste apresenta a menor concentração de estabelecimentos agropecuários destinados à agricultura familiar, apenas cerca de 8.012 mil unidades, essa baixa concentração sinaliza que nessa região a agricultura familiar não é uma atividade de destaque. Isso pode ser explicado pelas características geográficas da região, com predominância do setor de serviços e da agricultura não familiar.

4.3 Perfil dos agricultores e estabelecimentos familiares no Ceará por regiões de planejamento

Esta seção aborda o perfil dos agricultores e estabelecimentos familiares no Ceará, por região de planejamento. As variáveis analisadas foram: sexo, faixa etária, escolaridade, condição em relação à propriedade da terra, acesso à energia elétrica, acesso à assistência técnica, acesso a financiamento, uso de irrigação, uso de agrotóxico, adubação, rotação de cultura, acesso à capital físico e tecnologias.

4.3.1 Cariri

Como já observamos anteriormente, o Cariri cearense detém 15% dos estabelecimentos de agricultura familiar do estado. A Tabela 3 apresenta o perfil dos gestores destes estabelecimentos, em que podemos constatar que existe a predominância do sexo masculino, com 79%. Em relação à faixa etária, 25% tem mais de 65 anos, sendo que 46% já tinha mais de 50 anos, no período do Censo. Em relação à escolaridade, 44% declararam que não sabem ler nem escrever.

Em relação à condição de propriedade da terra, a Tabela 3 destaca que 70% são proprietários e 6% estão sem terra. O problema do uso e posse da propriedade da terra no Brasil é histórico e sua atualidade permanece nas discussões sobre a questão agrária brasileira. De modo geral, o agricultor familiar na região do Cariri está envelhecendo, porém, detém a propriedade da terra, o que deve ser destacado é a questão da sucessão, que depende muito do projeto de desenvolvimento rural a ser implementado para as próximas gerações.

Tabela 3 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: cariri — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	9.451	21,15
	Masculino	35.240	78,85
Faixa Etária	< 25 anos	1.148	2,57
	De 25 < 35	4.890	10,94
	De 35 < 45	8.260	18,48
	De 45 < 55	9.541	21,35
	De 55 < 65	9.507	21,27
	De 65 +	11.345	25,39
Escolaridade	Sabe ler e escrever	24.874	55,66
	Não sabe ler e escrever	19.817	44,34
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	31.263	69,95
	Arrendatário	2.647	5,92
	Parceiro	1.949	4,36

Continua.

Continuação.

Variável	Estratificação	Número	%
Condição do gestor em relação à terra	Ocupante	1.120	2,51
	Sem terra	2.720	6,09
	Outros[19]	4.992	11,17

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Quando se trata do perfil dos estabelecimentos que estão no território da região Cariri, a Tabela 4 apresenta as principais características desses estabelecimentos. Tem-se que 85% têm acesso à energia elétrica, contudo, mais de 6 mil estabelecimentos não dispõem desse serviço. Em relação à assistência técnica, apenas 15% dos agricultores familiares tiveram acesso, evidenciado a precariedade em relação a uma efetiva política de extensão rural para os agricultores.

Os dados da Tabela 4 também mostram o pouco acesso a financiamentos, onde apenas 13% dos estabelecimentos obtiveram êxito. Chama a atenção o uso de agrotóxico pelos agricultores familiares na região, 51% declararam que usam o fertilizante químico nas plantações. Com relação à adubação das plantações 87% não fazem a utilização de adubos orgânicos. No Cariri, verificou-se a predominância de lavouras temporárias, embora a permanente represente 14%. Com relação a máquinas e equipamentos os agricultores da região do Cariri possui um maquinário para cada 78 estabelecimentos.

Tabela 4 — Perfil dos estabelecimentos familiares no ceará: cariri — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	37.817	84,62
	Não	6.874	15,38
Acesso à assistência técnica	Sim	6.744	15,09
	Não	37.947	84,91
Acesso a financiamento	Sim	5.876	13,15
	Não	38.815	86,85
Uso de agrotóxico	Sim	22.875	51,18
	Não	21.816	48,82
Adubação	Faz adubação	5.930	13,27
	Não fez adubação	38.761	86,73
Lavouras	Permanentes	5.952	13,32
	Temporárias	36.444	81,55
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	463	1,04
	Semeadeira	96	0,22
	Colheitadeira	4	0,01
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	10	0,02

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

[19] Concessionários ou assentados sem titulação definitiva e /ou comandatários.

A região do Cariri tem forte participação na composição da pauta produtiva do Ceará, dentre os dez principais produtos produzidos no estado apenas um alimento (caju) não apresenta produtividade impactante com relação à produtividade estadual. Diante dos dados da Tabela 5 pode-se observar que esta região é responsável pela colheita de 36% de toda macaxeira produzida no estado advinda dos estabelecimentos familiares. O milho em grão é o segundo alimento mais produzido pela região, tendo uma representatividade de 26% sobre a pauta estadual.

Tabela 5 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: cariri — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	36
Milho — Grão | Ceará	26
Milho forrageiro | Ceará	23
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	17
Banana | Ceará	14
Mamão | Ceará	13
Maracujá | Ceará	10
Cana-de-açúcar | Ceará	7
Sorgo forrageiro | Ceará	3
Caju — Castanha | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 5 tambem mostra que além de uma boa participação na produção de grãos, os agricultores também se empenham na produção de frutas como: banana, com uma representatividade de 14%, mamão com 13% e maracujá com 10%. Tais níveis de produção e alta diversificação da produtividade dos agricultores do Cariri, nos remete que se associado a políticas públicas de crédito e assistência técnica, esses agricultores têm grande potencial de expansão produtiva, diversificando sua produção e assim expandindo a sua capacidade de reprodução econômica e social.

4.3.2 Centro Sul

A tabela 6 apresenta o perfil dos gestores familiares para a região Centro Sul, nesta região o gerenciamento dos estabelecimentos é predominantemente masculino (85%). Quanto à faixa etária dos gestores, 55% já têm idade superior a 55 anos, enquanto os gestores com menos de 35 anos representam apenas 11%. Esse baixo indicativo de pessoas com menos de 35 anos sinaliza que ainda ocorre o êxodo entre os jovens, migrando para as regiões urbanas em busca de melhores oportunidades de emprego e/ou estudo. Pois, cerca de 53% dos gestores declararam que não sabem nem ler ou escrever. Enquanto a propriedade da terra, cerca de 68%

são donos de seus próprios estabelecimentos. Já os sem terra representam 5%, porém em números absolutos essa representatividade é de 1206 gestores que não detém suas terras e estão à mercê de políticas de redistribuição de terras. Esses resultados indicam que ainda é necessário fazer uma reforma agrária no país, pois a concentração dos sem terras se encontra elevada.

Tabela 6 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Centro Sul — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	3.698	14,92
	Masculino	21.081	85,08
Faixa Etária	< 25 anos	465	1,88
	De 25 < 35	2.294	9,26
	De 35 < 45	3.945	15,92
	De 45 < 55	5.256	21,21
	De 55 < 65	6.043	24,39
	De 65 +	6.776	27,35
Escolaridade	Sabe ler e escrever	11.686	47,16
	Não sabe ler e escrever	13.093	52,84
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	16.738	67,55
	Arrendatário	2.053	8,29
	Parceiro	953	3,85
	Ocupante	454	1,83
	Sem terra	1.206	4,87
	Outros	3.375	13,62

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 7 apresenta o perfil dos estabelecimentos familiares localizados na região Centro Sul. Esta região agrupa aproximadamente 19% dos estabelecimentos sem acesso à energia elétrica, tais produtores que vivem nestas condições encontram maiores limitações para produzir alimentos em abundância e assim fazerem o escoamento de seus produtos e obterem renda para o melhoramento de suas condições de sobrevivência, o fato de não ter acesso a um serviço tão essencial, já demonstra a precariedade das condições de vida de um número significativo de agricultores do Centro Sul cearense.

Tabela 7 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Centro Sul — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	20.010	80,75
	Não	4.769	19,25
Acesso à assistência técnica	Sim	3.308	13,35
	Não	21.471	86,65
Acesso a financiamento	Sim	3.549	14,32
	Não	21.230	85,68
Uso de Irrigação	Sim	2.244	9,06
	Não	22.535	90,94
Uso de agrotóxico	Sim	13.167	53,14
	Não	11.612	46,86

Continua.

Continuação.

Variável	Estratificação	Número	%
Adubação	Faz adubação	1.733	6,99
	Não fez adubação	23.046	93,01
Lavouras	Permanentes	3.645	14,71
	Temporárias	21.134	85,29
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	11	0,04
	Semeadeira	0	---
	Colheitadeira	0	---
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	5	0,02

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

De acordo com a Tabela 7 a maioria dos estabelecimentos não têm acesso a financiamento e nem assistência técnica, 86% e 87% respectivamente. Apenas 9% dos estabelecimentos recorrem à irrigação e 7% recorrem a algum tipo de adubação.

Tabela 8 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Centro Sul — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Milho forrageiro | Ceará	13
Sorgo forrageiro | Ceará	12
Banana | Ceará	9
Milho — Grão | Ceará	7
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	6
Cana-de-açúcar | Ceará	2
Caju — Castanha | Ceará	0
Mamão | Ceará	0
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	---
Maracujá | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Mesmo a região Centro Sul apresentando um perfil de estabelecimento que demonstra muita vulnerabilidade, a Tabela 8 mostra que esses produtores conseguem apresentar bons resultados em relação à produção, principalmente de grãos, onde detém aproximadamente 13% de todo o milho forrageiro produzido no Ceará e 12% do sorgo forrageiro. No plantio de lavouras permanentes o alimento que mais se destaca na pauta é a banana que corresponde a aproximadamente 9%.

3.3.3 Grande Fortaleza

Observa-se pela Tabela 9 que a região Grande Fortaleza, tem aproximadamente 73% dos estabelecimentos geridos por homens e que em sua maioria já se encontram com mais de 55 anos, tendo uma representatividade de aproximadamente 59%, os gestores que declararam

não saber ler e nem escrever representam aproximadamente 41%. Uma taxa bastante elevada, reflexo das políticas de exclusão social predominante, na história do nosso país, embora de forma lenta, as gerações mais jovens já vêm conquistando cidadania e melhores condições de acesso à educação, nesse caso específico, 41% dos gestores de menos de 55 anos e 59% declararam saber ler e escrever.

Quanto à propriedade de terras, a maioria dos agricultores familiares possuem a posse de suas terras cerca de 77%. Esta região apresenta um percentual baixo de agricultores que estão sem terra, estima-se que apenas 1% desses produtores são classificados como sem terra.

Tabela 9 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Grande Fortaleza — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	4.876	26,5
	Masculino	13.524	73,5
Faixa Etária	< 25 anos	245	1,33
	De 25 < 35	1.016	5,52
	De 35 < 45	2.344	12,74
	De 45 < 55	3.957	21,51
	De 55 < 65	4.624	25,13
	De 65 +	6.214	33,77
Escolaridade	Sabe ler e escrever	10.838	58,90
	Não sabe ler e escrever	7.562	41,10
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	14.087	76,56
	Arrendatário	845	4,59
	Parceiro	438	2,38
	Ocupante	912	4,96
	Sem terra	260	1,41
	Outros	1.858	10,10

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Infelizmente, mesmo para a região da Grande Fortaleza, o acesso à energia elétrica ainda não contempla 100% dos estabelecimentos, conforme os dados da Tabela 10, 14% dos estabelecimentos ainda vivem a exclusão de um serviço tão essencial. Em relação à assistência técnica, a inexistência predomina em 91% dos estabelecimentos, assim ocorre também com o acesso a financiamentos para a produção. Apenas 10% dos agricultores usam irrigação, esse baixo engajamento de investimento limita as condições de desenvolvimento da agricultura familiar, além dos obstáculos enfrentados pelas condições climáticas predominantes da região, aproximadamente 10% dos estabelecimentos fazem utilização de irrigação, e a maioria (63%) não recorre à adubação.

Tabela 10 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Grande Fortaleza — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	15.830	86,03
	Não	2.570	13,97
Acesso à assistência técnica	Sim	1.706	9,27
	Não	16.694	90,73
Acesso a financiamento	Sim	1.684	9,15
	Não	16.716	90,85
Uso de Irrigação	Sim	1.788	9,72
	Não	16.612	90,28
Uso de agrotóxico	Sim	4.335	23,56
	Não	14.065	76,44
Adubação	Faz adubação	6.833	37,14
	Não fez adubação	11.567	62,86
Lavouras	Permanentes	10.716	45,62
	Temporárias	12.773	54,38
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	185	1,01
	Semeadeira	5	0,03
	Colheitadeira	1	0,01
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	3	0,02

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A região da Grande Fortaleza, mesmo tendo forte característica de centro urbano, apresenta resultados impressionantes quanto a capacidade de produção dos agricultores familiares. A Tabela 11, apresenta os principais produtos da pauta produtiva dos estabelecimentos desta região, onde a Cana-de-açúcar representa 37% de toda produção estadual, tal matéria-prima é destinada para as fábricas de bebidas destiladas e produção de etanol. Outros produtos que apresentam destaque na pauta produtiva desta região é a Castanha de Caju com 27% e Mandioca com 18% da qual é matéria-prima para a produção de farinha e outros derivados.

Tabela 11 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Grande Fortaleza — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Cana-de-açúcar | Ceará	37
Caju — Castanha | Ceará	27
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	18
Banana | Ceará	3
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	3
Milho — Grão | Ceará	2
Mamão | Ceará	1
Milho forrageiro | Ceará	1
Maracujá | Ceará	---
Sorgo forrageiro | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Portanto, a Tabela 11 mostra a contribuição da agricultura familiar na produção dos

principais produtos na Grande Fortaleza. Observa-se que a cana-de-açúcar, a castanha e a mandioca apresentam um maior destaque, considerando que nesta região se encontra apenas 6% dos estabelecimentos de agricultura familiar do estado e responde por 6% da ocupação da mão-de-obra.

4.3.4 Litoral Leste

A região do Litoral Leste, formada por 8 municípios, por estar localizada na parte litorânea do estado, apresenta um índice de urbanização superior à 60% têm um maior desenvolvimento de seu centro urbano, fazendo com que as atividades não agrícolas tenham maior peso na dinâmica econômica da região, no caso o setor com maior destaque é o setor de serviços. Esta região tem apenas 3% dos estabelecimentos de agricultura familiar do estado e, através da Tabela 12 é possível observar o perfil dos gestores desses estabelecimentos.

Tabela 12 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Litoral Leste – 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	2.057	25,67
	Masculino	5.955	74,33
Faixa Etária	< 25 anos	79	0,99
	De 25 < 35	501	6,25
	De 35 < 45	1.081	13,49
	De 45 < 55	1.651	20,61
	De 55 < 65	2.002	24,99
	De 65 +	2.698	33,67
Escolaridade	Sabe ler e escrever	4.028	50,27
	Não sabe ler e escrever	3.984	49,73
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	6.620	82,63
	Arrendatário	54	0,67
	Parceiro	178	2,22
	Ocupante	119	1,49
	Sem terra	107	1,34
	Outros*	934	11,66

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Conforme os dados da Tabela 12, esta região comporta 8012 estabelecimentos familiares, onde 1⁄4 são administrados por mulheres, essa representatividade mostra que as mulheres estão cada vez mais assumindo o papel de chefe do lar e mostrando sua inserção em uma atividade exercida em sua maioria, tradicionalmente por homens. Em relação à faixa etária, os gestores com menos de 45 anos representam 20%, e 36% dos gestores têm 65 anos a mais. Dessa forma, fica evidente que o campo passará por significativas mudanças nas próximas décadas, principalmente em relação ao perfil dos residentes no espaço rural. Observa-se também que em relação à condição da propriedade da terra, 83% são proprietários.

Tabela 13 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Litoral Leste — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	7.274	90,79
	Não	738	9,21
Acesso à assistência técnica	Sim	784	9,79
	Não	7.228	90,21
Acesso a financiamento	Sim	711	8,87
	Não	7.301	91,13
Uso de Irrigação	Sim	658	8,21
	Não	7.354	91,79
Uso de agrotóxico	Sim	2.629	32,81
	Não	5.383	67,19
Adubação	Faz adubação	2.322	28,98
	Não Fez Adubação	5.690	71,02
Lavouras	Permanentes	3.989	43,81
	Temporárias	5.116	56,19
Acesso à Capital Físico e Tecnologias	Trator	99	1,24
	Semeadeira	9	0,11
	Automóvel	0	---
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	1	0,01

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 13 apresenta os resultados referente ao perfil dos estabelecimentos localizados na região do Litoral Leste**.** Diante dos dados tabelados, observa-se que 91% dos agricultores têm acesso à energia elétrica, o acesso a esse serviço indica as condições mínimas necessárias para uma vida digna. O acesso à assistência técnica, financiamento e uso de irrigação é bastante escasso entre os agricultores familiares, respectivamente têm acesso a esse investimento 10%, 9% e 8% dos estabelecimentos. Aproximadamente 71% dos estabelecimentos não recorrem à adubação, enquanto 33% declararam usar agrotóxico.

Tabela 14 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Litoral Leste — 2017.

Principais Produtos Agropecuários	Participação (%)
Caju — Castanha | Ceará	13
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	4
Sorgo forrageiro | Ceará	3
Mamão | Ceará	2
Banana | Ceará	1
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	1
Maracujá | Ceará	0
Milho forrageiro | Ceará	0
Cana-de-açúcar | Ceará	---
Milho — Grão | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A região tem pouca representatividade da agricultura familiar e apresenta pouca diversificação em relação aos 10 principais produtos produzidos e responde por apenas 3% da mão-de-obra ocupada. Conforme a Tabela 14 o principal produto da pauta produtiva da região do litoral leste é a castanha de caju, contribuindo com 13% da produção total, seguida da mandioca com uma produção de 4% referente ao total produzido no estado.

4.3.5 Litoral Norte

No Litoral Norte está localizado 7% dos estabelecimentos de agricultura familiar do estado, a região é formada por 13 municípios e apresenta uma taxa de urbanização acima de 50%.

Tabela 15 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Litoral Norte — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	3.582	17,76
	Masculino	16.583	82,24
Faixa Etária	< 25 anos	381	1,89
	De 25 < 35	2.020	10,02
	De 35 < 45	3.822	18,95
	De 45 < 55	4.594	22,78
	De 55 < 65	4.130	20,48
	De 65 +	5.218	25,88
Escolaridade	Sabe Ler e Escrever	9.939	49,29
	Não Sabe Ler e Escrever	10.226	51,71
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	14.351	71,17
	Arrendatário	483	2,40
	Parceiro	851	4,22
	Ocupante	599	2,97
	Sem Terra	388	1,92
	Outros*	3.493	17,32

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Através da Tabela 15 pode ser observado o perfil dos gestores desses estabelecimentos. Em relação ao gerenciamento dos estabelecimentos, predomina indivíduos do sexo masculino com 82% . Do total de gestores, 31% têm menos de 45 anos, enquanto 26% tem 65 anos a mais, quanto aos gestores que dizem não saber ler e nem escrever essa porcentagem chega a aproximadamente 51%. Quanto à condição de propriedade, 71% são proprietários. Os dados evidenciam que de modo geral a variável que mais pesa negativamente em relação ao perfil dos agricultores familiares do Litoral Norte é a baixa escolaridade

Tabela 16 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Litoral Norte — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso À Energia Elétrica	Sim	18.295	90,73
	Não	1.870	9,27
Acesso À Assistência Técnica	Sim	1.268	6,29
	Não	18.897	93,71
Acesso A Financiamento	Sim	2.259	11,20
	Não	17.906	88,80
Uso De Irrigação	Sim	613	3,04
	Não	19.552	96,96
Uso De Agrotóxico	Sim	5.370	26,63
	Não	14.795	73,37
Adubação	Faz adubação	7.143	35,42
	Não Fez Adubação	13.022	64,58
Lavouras	Permanentes	12.095	42,92
	Temporárias	16.088	57,08
Acesso à Capital Físico e Tecnologias	Trator	101	0,50
	Semeadeira	0	---
	Automóvel	0	---
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	0	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Quanto ao perfil dos estabelecimentos, observa-se na Tabela 16 que em sua maioria tem acesso à energia elétrica com cerca de 91% dos estabelecimentos. Os estabelecimentos que conseguiram se beneficiar de políticas que auferem assistência técnica aos produtores representam apenas 6%, em relação à financiamentos apenas 11% teve acesso e, 97% não recorre à irrigação. Na região ocorre tanto a cultura permanente quanto a temporária, contudo os dados evidenciam a grande vulnerabilidade dos agricultores em relação ao financiamento, assistência técnica e dificuldade de acesso à irrigação.

Tabela 17 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Litoral Norte — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Caju — Castanha | Ceará	34
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	20
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	4
Milho — Grão | Ceará	3
Mamão | Ceará	0
Maracujá | Ceará	0
Sorgo forrageiro | Ceará	0
Banana | Ceará	---
Cana-de-açúcar | Ceará	---
Milho forrageiro | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 17 mostra que a agricultura familiar que predomina no Litoral Norte não contribui de forma significativa com a produção de grãos, como feijão e milho, mas tem um peso significativo em relação às lavouras permanentes. A produção agrícola que se classifica como sendo de lavouras permanentes representa cerca de 43% da pauta produtiva desses agricultores. Com isso, a região do Litoral Norte contribui com 34% da produção de caju do estado, seguida da mandioca, com 20%. Dessa forma,

4.3.6 Litoral Oeste

A região do Litoral Oeste/Vale do Curu, é formada por 16 municípios, a região apresenta uma taxa de urbanização superior a 50% e, embora o setor de serviços seja responsável pela dinâmica econômica da região, a agricultura familiar representa 6% dos estabelecimentos do estado e ocupa 7% da mão-de-obra.

Tabela 18 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Litoral Oeste — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	3.243	18,10
	Masculino	14.673	81,90
Faixa Etária	< 25 anos	243	1,36
	De 25 < 35	1.556	8,68
	De 35 < 45	3.042	16,98
	De 45 < 55	4.121	23
	De 55 < 65	4.055	22,63
	De 65 +	4.899	27,34
Escolaridade	Sabe ler e escrever	9.802	54,71
	Não sabe ler e escrever	8.114	45,29
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	10.732	69,90
	Arrendatário	695	3,88
	Parceiro	721	4,02
	Ocupante	1.022	5,70
	Sem terra	978	5,46
	Outros	3.768	21,03

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

Sungundo a Tabela 18, aproximadamente 82% dos estabelecimentos são gerenciados por indivíduos do sexo masculino, 50% dos gestores tem idade superior a 55 anos e 43% declararam que não sabem ler e nem escrever. Por outro lado, os gestores mais jovens com idade de até 35 anos representam cerca de 10%, essa maior concentração dos gestores acima de 55 anos revela que o fator sucessório vai ser determinante para o futuro da agricultura familiar na região. Com relação à propriedade da terra, 60% dos gestores detêm suas próprias

propriedades, porém cerca de 5% estão sem terra, em números absolutos são cerca de 978 famílias. Por outro lado, 14% dos gestores estão nas condições de arrendatário, parceiro ou ocupante e 21% são considerados como outros. Nessa categoria incluem-se concessionários ou assentados sem titulação definitiva e /ou comanditário.

Tabela 19 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Litoral Oeste — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	16.160	90,20
	Não	1.756	9,80
Acesso à assistência técnica	Sim	1.635	9,13
	Não	16.281	90,87
Acesso a financiamento	Sim	2.531	14,13
	Não	15.385	85,87
Uso de Irrigação	Sim	1.005	5,61
	Não	16.911	94,39
Uso Agrotóxico	Sim	5.472	30,54
	Não	12.444	69,46
Adubação	Faz adubação	3.884	21,68
	Não fez adubação	14.032	78,32
Rotação de cultura	Permanentes	7.233	31,78
	Temporal	15.527	68,22
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	42	0,23
	Semeadeira	0	---
	Automóvel	0	---
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	0	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Em média cada estabelecimento desta região tem aproximadamente 10 hectares, com essa disponibilidade de terra faz com que alguns agricultores busquem e obtenham acesso a financiamento para melhorar os meios de produção de sua propriedade, cerca de 14% desses estabelecimentos obtiveram uma linha de crédito. Segundo os dados representados pela Tabela 19 , cerca de 69% dos estabelecimentos não utilizam agrotóxico em suas plantações, esse é um dado fantástico, pois mostra como os produtores se preocupam com as questões ambientais e contaminação do solo devido ao uso desses fertilizantes químicos.

Tabela 20 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Litoral Oeste — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Banana | Ceará	27
Caju — Castanha | Ceará	11
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	11
Mamão | Ceará	10
Feijão — Grão - Fradinho | Ceará	5
Milho — Grão | Ceará	5

Continua.

Continuação.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Milho forrageiro | Ceará	1
Sorgo forrageiro | Ceará	1
Maracujá | Ceará	0
Cana-de-açúcar | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Essa região tem uma grande participação na pauta produtiva de alimentos que são oriundos das plantações permanentes. O principal alimento produzido por esses agricultores familiares são: banana que chega a um percentual de aproximadamente 27%, acompanhado pela castanha de caju com a mandioca do qual ambos os alimentos representam cerca de 11% e outro alimento que se destacou foi o mamão com cerca de 10% se comparado a produção estadual.

4.3.7 Maciço de Baturité

A região de Maciço de Baturité, fica localizado na ala norte do estado do Ceará, composta por 13 municípios que juntas concentram cerca de 17.576 estabelecimentos agropecuários classificados como sendo de produção familiar.

Tabela 21 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Maciço de Baturité — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	4.768	27,18
	Masculino	12.808	72,87
Faixa Etária	< 25 anos	368	2,09
	De 25 < 35	1.757	10
	De 35 < 45	3.005	17,10
	De 45 < 55	4.030	22,93
	De 55 < 65	4.016	22,85
	De 65 +	4.400	25,03
Escolaridade	Sabe ler e escrever	10.284	58,51
	Não sabe ler e escrever	7.292	41,49
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	13.038	74,18
	Arrendatário	1.165	6,63
	Parceiro	354	2,01
	Ocupante	388	2,21
	Sem terra	874	4,97
	Outros	1.757	10

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

De acordo com a Tabela 21 aproximadamente 73% são gerenciados por homens, que em sua maioria têm idade superior a 55 anos com cerca de 48%. De toda a população de agricultores familiares que se localizam nesta região aproximadamente41% declararam que não sabem ler nem escrever, essa representatividade elevada dos índices de não alfabetizado,

demonstra a carência que a população rural tem de acesso à educação.

Com relação aos estabelecimentos da região do Maciço de Baturité, a Tabela 22 apresenta a concentração de cerca de 18% dos estabelecimentos que não têm acesso à energia elétrica. A falta desse serviço dificulta ainda mais as condições dos agricultores que vivem nesses estabelecimentos, pois como não têm energia, não podem ter um eletrodoméstico que faça o resfriamento de alimentos e conserve por um período maior de tempo. Os estabelecimentos dessas regiões não utilizam irrigação em suas plantações cerca de 96%, isso demonstra que os agricultores só fazem seus plantios no período chuvoso, não tendo a oportunidade de manter uma constância na produção e sempre ofertar seu produto. Dentre os estabelecimentos cerca de 18% recorrem à adubação do solo, a utilização desta técnica possibilita a estes produtores obter uma maior produtividade do fator terra.

Tabela 22 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Maciço de Baturité — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	14.365	81,73
	Não	3.211	18,27
Acesso à assistência técnica	Sim	1.688	9,60
	Não	15.888	90,40
Acesso a financiamento	Sim	2.184	12,43
	Não	15.392	87,57
Uso de Irrigação	Sim	764	4,35
	Não	16.812	95,65
Uso de agrotóxico	Sim	6.066	34,51
	Não	11.510	65,49
Adubação	Faz adubação	3.246	18,47
	Não fez adubação	14.330	81,53
Lavouras	Permanentes	6.702	31,35
	Temporárias	14.677	68,65
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	170	0,97
	Semeadeira	5	0,03
	Colheitadeira	0	---
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	3	0,02

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Mesmo a região de Maciço de Baturité apresentando características de estabelecimentos que não tem muito acesso a qualquer categoria de tecnologia que modifique os meios de produção e estimule o crescimento produtivo, esta região apresentou um desempenho produtivo considerável quando comparado com a produção total de alimentos do estado. A região abriga 6% dos estabelecimentos de agricultura familiar do estado e, embora ocupe apenas 3% da área ocupada com a agricultura familiar, absorve 6% da mão-de-obra ocupada.

Tabela 23 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Maciço de Baturité — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Banana | Ceará	20
Caju — Castanha | Ceará	8
Milho — Grão | Ceará	6
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	5
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	2
Cana-de-açúcar | Ceará	1
Milho forrageiro | Ceará	1
Sorgo forrageiro | Ceará	1
Mamão | Ceará	0
Maracujá | Ceará	0

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 23 mostra que o principal produto da pauta produtiva desta região é banana, que chegou a um percentual de 20%, acompanhado de castanha de caju com 8% e milho com 6% da produção total do estado do Ceará. Vale observar que 69% dos estabelecimentos desenvolvem cultura temporária, ou seja, a dinâmica da agricultura familiar na região não é homogênea, concentra-se em poucos estabelecimentos, nesse caso nos que desenvolvem lavouras permanentes.

4.3.8 Serra da Ibiapaba

A região da Serra da Ibiapaba é formada por 9 municípios e juntos ocupam apenas 3,83% do espaço estadual. Apresenta uma taxa de urbanização superior a 50%, contudo, no seu espaço encontra-se aproximadamente 20 mil estabelecimentos agropecuários classificados como sendo de agricultores familiares, representando 7% do total de estabelecimentos familiares do estado.

Na Tabela 24 é possível analisar o perfil dos gestores desses estabelecimentos. Essa região tem uma representatividade de 20% referente às mulheres que comandam as propriedades, a região apresenta uma boa distribuição em relação à faixa etária dos gestores, 56% têm menos de 55 anos e apenas 22% têm 65 anos a mais. Os agricultores familiares responsáveis pelos estabelecimentos da região da Serra da Ibiapaba apresentam uma taxa de alfabetização de 58%. Isso mostra que 42% desses gestores não são alfabetizados, tendo o setor da educação uma grande carência de políticas públicas que permita o acesso à educação no espaço rural e que esse acesso seja socializado também com os que desenvolvem o trabalho agrícola.

Tabela 24 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Serra da Ibiapaba — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	3.963	20,12
	Masculino	15.738	79,88
Faixa Etária	< 25 anos	518	2,63
	De 25 < 35	2.273	11,54
	De 35 < 45	3.815	19,36
	De 45 < 55	4.405	22,36
	De 55 < 65	4.380	22,23
	De 65 +	4.310	21,88
Escolaridade	Sabe ler e escrever	11.347	57,60
	Não sabe ler e escrever	8.354	42,40
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	12.555	63,73
	Arrendatário	2.887	14,65
	Parceiro	1.046	5,31
	Ocupante	794	4,03
	Sem terra	319	1,62
	Outros	2.100	10,66

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Considerando a condição do gestor em relação à terra, observado na Tabela 24 notasse que: apenas 64% dos agricultores são proprietários, 14% são arrendatários e 11% na categoria de outros. Geralmente, sem observar as particularidades, observa-se que 36% dos agricultores não têm a propriedade da terra em que trabalham e produzem, caracterizando um fator que compromete a viabilidade da agricultura familiar na região, embora a agropecuária seja o segundo setor economicamente mais dinâmico na região.

Tabela 25 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Serra da Ibiapaba — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	16.877	85,67
	Não	2.824	14,33
Acesso à assistência técnica	Sim	1.502	7,62
	Não	18.199	92,38
Acesso a financiamento	Sim	2.856	14,50
	Não	16.845	85,50
Uso de Irrigação	Sim	3.725	18,91
	Não	15.976	81,09
Uso de agrotóxico	Sim	4.462	22,65
	Não	15.239	77,35
Adubação	Faz adubação	6.911	35,08
	Não fez adubação	12.790	64,92
Lavouras	Permanentes	5.643	23,60
	Temporárias	18.267	76,40
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	104	0,53
	Semeadeira	4	0,02
	Colheitadeira	1	0,01
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	4	0,02

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 25 retrata as características dos estabelecimentos da Serra da Ibiapaba, em média esses estabelecimentos têm aproximadamente 4 hectares, são de fato, pequenas propriedades, das quais 14% ainda não têm acesso à energia elétrica. Por outro lado, em relação ao acesso ao financiamento, apenas 14% dos estabelecimentos tiveram acesso e, 92% não tem acesso à assistência técnica, assim como 81% não têm acesso à irrigação. Dessa forma, fica evidente que a agricultura familiar não encontra apoio para o seu fortalecimento, tornando-se um desafio a sua permanência em uma região dominada pelo agronegócio.

Tabela 26 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Serra da Ibiapaba — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Maracujá | Ceará	89
Cana-de-açúcar | Ceará	50
Banana | Ceará	10
Mamão | Ceará	5
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	5
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	4
Milho — Grão | Ceará	4
Caju — Castanha | Ceará	1
Milho forrageiro | Ceará	1
Sorgo forrageiro | Ceará	0

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Através da Tabela 26 observa-se que mesmo diante de estabelecimentos que apresentam em média uma área de 4 hectares, esses estabelecimentos da Serra da Ibiapaba, são responsáveis por 89% de todo o maracujá colhido no estado do Ceará, 50% da cana-de-açúcar e 10% de banana, essa grande participação no conjunto da produção agropecuária do estado deixa nítido o grande potencial que esses agricultores têm para oferecer. Esses agricultores apresentam um desempenho fantástico nas lavouras permanentes e se obtiverem investimentos associados a um conjunto de políticas públicas que possibilite o acesso a novas técnicas, pode melhorar também o seu desempenho em relação às lavouras temporárias.

4.3.9 Sertão Central

A região de planejamento do Sertão Central, é formada por 13 municípios ocupando 10,75% do espaço cearense, apresenta uma taxa de urbanização superior a 50%. Vale destacar que o setor agropecuário tem pouco dinamismo na região, contudo 10% dos estabelecimentos de agricultura familiar estão localizados no Sertão Central cearense e também respondem por 10% da mão-de-obra ocupada no setor.

Tabela 27 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Sertão Central — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	5.600	18,46
	Masculino	24.740	81,54
Faixa Etária	< 25 anos	629	2,07
	De 25 < 35	2.946	9,71
	De 35 < 45	5.044	16,62
	De 45 < 55	6.687	22,04
	De 55 < 65	6.965	22,96
	De 65 +	8.069	26,6
Escolaridade	Sabe ler e escrever	15.578	51,34
	Não sabe ler e escrever	14.762	48,66
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	20.086	66,20
	Arrendatário	916	3,02
	Parceiro	1.339	4,41
	Ocupante	649	2,14
	Sem terra	1.421	4,68
	Outros	5.929	19,54

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Observa-se na Tabela 27 o perfil dos agricultores dessa região que comporta 30.340 estabelecimentos, dos quais 24.740 são administrados por homens, representando cerca de 82% de todos os estabelecimentos. A maior parcela destes administradores estão na faixa etária superior a 35 anos, chegando à representatividade de 82%, sendo bem distribuído entre os diversos grupos, indicando que de alguma forma vem ocorrendo a sucessão entre uma geração e outra.

A região do Sertão Central de todos os seus agricultores familiares, estima-se que mais de 51% desses saibam ler e escrever, mas mesmo assim diante desta expressiva porcentagem esta região tem mais de 14 mil pessoas que vivem no campo sem ao menos saber ler e escrever. Diante dessa carência educacional, pode se especular que uma das possíveis causas do entrave de novas técnicas que possam estimular a produtividade, seja a falta de oportunidade a educação básica adequada, impossibilitando assim ao produtor de conhecimento a melhor gerir o seu estabelecimento.

Quanto à condição do gestor em relação à terra, apenas 66% são proprietários, logo aqui também se encontra outro fator de dificuldade para o desenvolvimento da agricultura familiar, realidade que permanece praticamente inalterada ao longo das décadas. Um número significativo encontra-se na categoria ‘outros’, 20%.

Tabela 28 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Sertão Central — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	28.059	92,48
	Não	2.281	7,52
Acesso à assistência técnica	Sim	3.205	10,56
	Não	27.135	89,44
Acesso a financiamento	Sim	5.162	17,01
	Não	25.178	82,99
Uso de Irrigação	Sim	1.210	3,99
	Não	29.130	96,01
Uso de agrotóxico	Sim	10.142	33,43
	Não	20.198	67,57
Adubação	Faz adubação	2.329	7,68
	Não fez adubação	28.011	92,32
Lavouras	Permanentes	3.796	12,55
	Temporárias	26.445	87,45
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	280	0,92
	Semeadeira	10	0,03
	Adubadeira/ Distribuidora	1	0,01

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Quando se trata do perfil dos estabelecimentos observa-se na Tabela 28 que 92% dos estabelecimentos têm acesso à energia elétrica, mesmo tendo boa parte da população rural com energia elétrica, mais de 2 mil estabelecimentos não dispõe desse serviço essencial para manter um mínimo de dignidade para viver. Infelizmente não se encontra nas variáveis destacadas apoio efetivo para o fortalecimento do setor. Os dados mostram que 89% dos agricultores familiares não têm acesso à assistência técnica, 83% não têm acesso a financiamento e 96% não recorre à irrigação.

Com relação à adubação das plantações, 92% não fazem a utilização desta técnica, o que faz sentido, dado que não recebem assistência técnica. Devido a isso o uso de agrotóxico é elevado havendo uma margem com cerca de 68% dos estabelecimentos que o utilizam. O Sertão Central por suas condições de produção, apresenta uma maior concentração nas plantações de lavouras temporárias.

Tabela 29 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Sertão Central — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Sorgo forrageiro | Ceará	44
Milho forrageiro | Ceará	28
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	13
Milho — Grão | Ceará	11
Cana-de-açúcar | Ceará	2
Mamão | Ceará	2

Continua.

Continuação.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Banana | Ceará	---
Caju — Castanha | Ceará	---
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	---
Maracujá | Ceará	---

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

A região Sertão Central tem forte participação na composição da pauta produtiva do estado do Ceará. Esta região é responsável pela colheita de 44% de todo o sorgo forrageiro produzido no estado, em seguida vem o milho (forrageiro), o feijão e o milho (grão) com respectivamente, 28%, 13% e 11%, como mostra a Tabela 29.

4.3.10 Sertão de Canindé

Nos Sertões de Canindé encontram-se 6 municípios e 5% dos estabelecimentos de agricultura familiar. A Tabela 30 apresenta o perfil dos gestores familiares que residem nesta região. Nesta localidade predomina uma maior representatividade do sexo masculino na gestão dos estabelecimentos, com 80%. Quanto à faixa etária dos agricultores observam-se 52% têm menos de 55 anos. Por um lado, aponta que esse percentual está associado à parcela dos gestores alfabetizados, no mínimo. Por outro lado, outra geração, que apresenta uma faixa etária de 55 anos a mais não teve acesso à educação básica, pois 49% não sabem ler nem escrever.

Tabela 30 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Sertão de Canindé — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	2.966	20,21
	Masculino	11.712	79,79
	< 25 anos	356	2,43
	De 25 < 35	1.624	11,06
Faixa Etária	De 35 < 45	2.506	17,07
	De 45 < 55	3.213	21,89
	De 55 < 65	3.206	21,84
	De 65 +	3.773	25,71
	Sabe ler e escrever	7.521	51,24
Escolaridade	Não sabe ler e escrever	7.157	48,76
	Proprietário	7.634	52,01
Condição do gestor em relação à terra	Arrendatário	532	3,62
	Parceiro	367	2,5
Condição do gestor em relação à terra	Ocupante	136	0,93
	Sem terra	789	5,38
	Outros	5.220	35,56

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Quanto à condição do gestor em relação à terra, observa-se na Tabela 30 que a região apresenta um grave problema em relação à propriedade da terra, pois apenas 52% dos

agricultores são proprietários, 35% encontra-se na categoria ‘outros’. Esses resultados indicam que os problemas estruturais que causam a pobreza no campo e exclusão social estão cristalizados no processo (in)civilizatório da formação econômica do Ceará. Dessa forma, constata-se a grande fragilidade das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, visto que elas não propõem uma mudança qualitativa na questão agrária brasileira.

Tabela 31 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Sertão de Canindé — 2017

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	13.493	91,93
	Não	1.185	8,07
Acesso à assistência técnica	Sim	743	5,06
	Não	13.935	94,94
Acesso a financiamento	Sim	1.595	10,87
	Não	13.083	89,13
Uso de Irrigação	Sim	416	2,83
	Não	14.262	97,17
Uso de agrotóxico	Sim	5.648	38,48
	Não	9.030	61,52
Adubação	Faz adubação	1.023	6,97
	Não fez adubação	13.655	93,03
Lavouras	Permanentes	2.483	15,44
	Temporárias	13.601	84,56
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	5	0,03
	Semeadeira	2	0,01
	Colheitadeira	0	---
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	0	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 31 apresenta o perfil dos estabelecimentos familiares localizados na região Sertão de Canindé. Esta região agrupa aproximadamente 8% dos estabelecimentos sem acesso à energia elétrica, tais produtores que vivem ainda nestas condições, enfrentam vários desafios, mantendo-se em um estado permanente de vulnerabilidade econômica e social. Embora a expansão da eletrificação rural tenha promovido mudanças significativas no espaço rural cearense, os agricultores familiares continuam à margem da assistência técnica, com o acesso negado para 95% dos agricultores, na mesma lógica de exclusão, 89% dos agricultores não têm acesso à financiamento, e para dificultar um pouco mais, 97% não recorre à irrigação, seguindo com 93% dos agricultores que não usam nenhum processo de adubação nas suas lavouras.

Tabela 32 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Sertão de Canindé — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Milho — Grão | Ceará	7
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	6
Sorgo forrageiro | Ceará	3
Milho forrageiro | Ceará	1
Mamão | Ceará	0
Maracujá | Ceará	0
Banana | Ceará	---
Caju — Castanha | Ceará	---
Cana-de-açúcar | Ceará	---
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Portanto, fica nítido o processo de marginalização para o qual os agricultores familiares estão sendo empurrados na região Sertão de Canindé. A Tabela 32 mostra a baixa participação da região — em relação à produção agrícola familiar – na composição da produção agrícola do estado. Os dois produtos que se destacam, embora com baixa representatividade são lavouras temporárias que necessitam de irrigação para produzir o ano inteiro. Nesse caso, 85% dos agricultores produzem ou tentam produzir lavouras temporárias, que sem o acesso à financiamento, assistência técnica e irrigação, torna-se impossível o desenvolvimento da atividade agrícola para os agricultores familiares na região.

4.3.11 Sertão de Sobral

A região Sertão de Sobral é formada por 18 municípios e 5% dos estabelecimentos de agricultura familiar estão nessa região. Pode-se observar, diante dos resultados apresentados na Tabela 33, que em relação à gestão dos estabelecimentos apresenta que 80% são geridos por homens e que em sua maioria já se encontram com mais de 55 anos (55%). O percentual de agricultores que declararam que não sabem nem ler e escrever é de 54%, revelando a dificuldade de acesso à educação para essa geração. Os agricultores com menos de 55 anos, já conseguiram superar essa barreira, pois 46% declararam que sabem ler e escrever, no mínimo, pois a pesquisa não buscou se aprofundar em relação aos níveis de escolaridade. Ainda é um percentual baixo, considerando que a educação é um fator fundamental para o desenvolvimento de qualquer região. Quanto à condição do gestor em relação à terra, apenas 65% tem a propriedade, enquanto 35% estão nas categorias de arrendatário, parceiro, ocupante, sem terra e outros. A questão fundiária mostra-se bem presente na região, sendo, por si só, um fator de fragilidade para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Tabela 33 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Sertão de Sobral — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	3.623	19,55
	Masculino	14.910	80,45
Faixa Etária	< 25 anos	232	1,25
	De 25 < 35	1.317	7,11
	De 35 < 45	2.663	14,37
	De 45 < 55	4.184	22,58
	De 55 < 65	4.497	24,26
	De 65 +	5.640	30,43
Escolaridade	Sabe ler e escrever	8.555	46,16
	Não sabe ler e escrever	9.978	53,84
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	12.020	64,86
	Arrendatário	1.715	9,25
	Parceiro	936	5,05
	Ocupante	379	2,05
	Sem terra	677	3,65
	Outros*	2.806	15,14

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Em relação ao perfil dos estabelecimentos, observa-se pela Tabela 34 que o Programa Luz para Todos, iniciado em 2004 (BRASIL, 2020) ainda não chegou para 16% dos agricultores familiares residentes na região, embora o Programa tenha permitido o acesso à energia elétrica para 84% dos estabelecimentos familiares, percebe-se que o processo de garantia à cidadania, principalmente para quem reside no espaço rural ocorre de forma lenta Continua. uma faixa de exclusão, como se constata na região Sertão de Sobral.

Tabela 34 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Sertão de Sobral — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	15.507	83,67
	Não	3.026	16,33
Acesso à assistência técnica	Sim	1.984	10,71
	Não	16.549	89,29
Acesso a financiamento	Sim	2.099	11,33
	Não	16.434	88,67
Uso de Irrigação	Sim	447	2,41
	Não	18.086	97,59
Uso de agrotóxico	Sim	4.733	25,54
	Não	13.800	74,46
Adubação	Faz adubação	1.077	5,81
	Não fez adubação	17.456	94,19
Lavouras	Permanentes	1.118	10,84
	Temporárias	9.195	89,16
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	17	0,09
	Semeadeira	6	0,03
	Adubadeira/ Distribuidora	1	0,01

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Seguendo os dados da Tabela 34, com relação ao acesso à assistência técnica, 89% não recebem e 89% não recebem financiamento. O acesso à irrigação também é negado para 98% dos agricultores familiares. A maioria dos agricultores desenvolve a lavoura temporária. Esse baixo acesso às políticas básicas para o pequeno produtor compromete a eficácia de todas as outras políticas de desenvolvimento rural, pois a maioria dos agricultores não consegue produzir, logo as políticas de acesso ao mercado acabam beneficiando apenas uma minoria, como mostra os dados: assistência técnica, acesso para 11%; financiamento, acesso para 11%; irrigação, acesso para 2%.

Tabela 35 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Sertão de Sobral — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Mamão | Ceará	12
Milho — Grão | Ceará	7
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	5
Banana | Ceará	2
Caju — Castanha | Ceará	1
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	1
Milho forrageiro | Ceará	1
Maracujá | Ceará	0
Cana-de-açúcar | Ceará	---
Sorgo forrageiro | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A região de Sertão de Sobral, mesmo tendo forte característica de centro urbano, apresenta resultados impressionantes quanto a capacidade de produção dos agricultores familiares. Segundo os dados da Tabela 35 o principal produto da pauta produtiva dos estabelecimentos desta região é a mamão que representa 12% de toda produção estadual. O destaque vai para a cultura permanente, que apenas 11% dos agricultores conseguem desenvolver. Outros produtos que apresentam destaque na pauta produtiva desta região são o milho em grão com 7% e o feijão em grão com 5%, culturas que necessitam de irrigação para produzir o ano inteiro.

4.3.12 Sertão de Crateús.

A região é formada por 13 municípios, em 2010 apresentava uma taxa de urbanização de 58,9%. Nessa região encontram-se 6% dos estabelecimentos de agricultura familiar do estado, em média os estabelecimentos têm 16 hectares.

bela 36 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Sertão de Crateús — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	5.407	18,28
	Masculino	24.179	81,72
Faixa Etária	≤ 25 anos	607	2,05
	De 25 ≤ 35	2.778	9,39
	De 35 ≤ 45	5.046	17,06
	De 45 ≤ 55	6.574	22,22
	De 55 ≤ 65	6.791	22,95
	De 65 +	7.790	26,33
Escolaridade	Sabe ler e escrever	15.817	53,46
	Não sabe ler e escrever	13.769	46,54
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	17.839	60,3
	Arrendatário	571	1,93
	Parceiro	2.504	8,46
	Ocupante	229	0,77
	Sem terra	981	3,32
	Outros*	7.462	25,22

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A região Sertão de Crateús, conforme a Tabela 36, comporta 29.586 estabelecimentos familiares, onde quase 1⁄5 são administrados por mulheres, essa representatividade mostra que as mulheres estão cada vez mais assumindo o papel de chefe do lar e mostrando sua predominância em uma atividade exercida em sua maioria por homens. Os agricultores com menos de 35 anos representam 11%. Apenas 27% tem 65 anos a mais, 53% declararam saber ler e escrever, no mínimo. Quanto à condição do gestor em relação à terra, observa-se que apenas 60% são proprietários. Dentre as demais categorias encontram-se 25% em ‘outros’, que podem ser assentados e aguardam a titulação definitiva da propriedade. Essa questão é necessária para a sucessão geracional e de fato evitar o êxodo rural, porém não é suficiente.

Tabela 37 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Sertão de Crateús — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	26.838	90,71
	Não	2.748	9,29
Acesso à assistência técnica	Sim	3.395	11,48
	Não	26.191	88,52
Acesso a financiamento	Sim	3.298	11,15
	Não	26.288	88,85
Uso de Irrigação	Sim	1.203	4,07
	Não	28.383	95,93
Uso de agrotóxico	Sim	3.097	10,47
	Não	26.489	89,53

Continua.

Continuação.

Variável	Estratificação	Número	%
Adubação	Faz adubação	2.142	7,24
	Não fez adubação	27.444	92,76
Lavouras	Permanentes	3.332	16,8
	Temporárias	16.504	83,20
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	296	1
	Semeadeira	115	0,39
	Colheitadeira	0	---
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	5	0,02

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

A Tabela 37 apresenta os resultados referente ao perfil dos estabelecimentos localizados na região Sertão de Crateús. Diante dos dados tabelados, pode ser observado que 91% dos estabelecimentos têm acesso à energia elétrica, garantindo o acesso a muitos outros serviços, principalmente informação, além de ampliar a capacidade de produção e consumo. O acesso à assistência técnica, financiamento e uso de irrigação é bastante escasso entre os agricultores familiares, respectivamente têm acesso a esses serviços apenas 11%, 11% e 4% dos estabelecimentos. Cerca de 93% dos estabelecimentos não usam adubação, isso compromete bastante a produção e também o desgaste nutritivo do solo, já que 83% dos agricultores se dedicam à lavoura temporária. O manejo adequado também garante um melhor aproveitamento dos recursos produtivos, incluindo à terra e à água.

Tabela 38 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Sertão de Crateús — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Milho — Grão | Ceará	15
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	14
Mamão | Ceará	7
Milho forrageiro | Ceará	5
Sorgo forrageiro | Ceará	4
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	1
Banana | Ceará	1
Maracujá | Ceará	0
Caju — Castanha | Ceará	---
Cana-de-açúcar | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Esta região apresenta uma maior produção na lavoura temporária, como mostra a Tabela 38, em que o milho e o feijão contribuem com 15% e 14% respectivamente com produção estadual. Também é possível destacar a produção de mamão como a principal lavoura permanente, em relação à produção cearense.

4.3.13 Sertão dos Inhamuns.

A região Sertões dos Inhamuns é composta por 5 municípios e ocupa 7,3% do território cearense. A agricultura familiar tem uma boa representatividade, corresponde a 10% do total de estabelecimentos do estado, absorve 10% da mão-de-obra ocupada no setor.

Tabela 39 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Sertão dos Inhamuns — 2017

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	2.802	19,66
	Masculino	11.449	80,34
Faixa Etária	≤ 25 anos	359	2,52
	De 25 ≤ 35	1.433	10,06
	De 35 ≤ 45	2.468	17,32
	De 45 ≤ 55	3.064	21,5
	De 55 ≤ 65	2.973	20,86
	De 65 +	3954	27,75
Escolaridade	Sabe ler e escrever	7.268	51
	Não sabe ler e escrever	6.983	49
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	8.268	58,02
	Arrendatário	376	2,64
	Parceiro	1.150	8,07
	Ocupante	816	5,73
	Sem terra	1.897	13,31
	Outros	1.744	12,24

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Os dados da Tabela 39 apresentam o perfil dos gestores de estabelecimentos localizados na região de planejamento dos Inhamuns. Nessa região, 80% dos gestores são do sexo masculino e 49% apresentam idade superior a 55 anos, quanto aos gestores que dizem não saber ler e nem escrever essa porcentagem chega também 49%. Outro dado que deve ser ressaltado é que 51% dos agricultores têm menos de 55 anos e também 51% declararam que sabem ler e escrever, lembrando que a pesquisa não buscou analisar os níveis de estudo dos agricultores. Ainda sobre o perfil dos agricultores dos Inhamuns, observa-se que 58% são proprietários de terras em que trabalham, por outro lado, 13% se declararam sem terra e ainda 12% encontram-se na categoria ‘outros’.

Tabela 40 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Sertão dos Inhamuns — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	11.629	81,60
	Não	2.622	18,40
Acesso à assistência técnica	Sim	1.254	8,80
	Não	12.997	91,20
Acesso a financiamento	Sim	1.537	10,79
	Não	12.714	89,21

Continua.

Continuação.

Variável	Estratificação	Número	%
Uso de Irrigação	Sim	593	4,16
	Não	13.658	95,84
Uso de agrotóxico	Sim	996	6,99
	Não	13.255	93,01
Adubação química Adubação verde	Faz adubação	944	6,62
	Não fez adubação	13.307	93,38
Lavouras	Permanentes	4.522	16,16
	Temporárias	23.453	83,84
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	80	0,56
	Semeadeira	50	0,35
	Colheitadeira	0	---
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	2	0,01

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Quanto ao perfil dos estabelecimentos, observa-se na Tabela 40 que sua maioria tem acesso à energia elétrica com 82% de cobertura. Os estabelecimentos que conseguiram se beneficiar de políticas que auferem assistência técnica aos produtores representam aproximadamente 9%, dos que conseguiram ter financiamento alcançaram apenas 11% e os que utilizam irrigação em seus estabelecimentos não ultrapassaram os 4%. Configura-se assim uma baixa eficiência em relação ao acesso a serviços fundamentais para a agricultura familiar.

Tabela 41 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Sertão dos Inhamuns — 2017

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	8
Milho — Grão | Ceará	6
Sorgo forrageiro | Ceará	4
Milho forrageiro | Ceará	2
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	1
Caju — Castanha | Ceará	0
Mamão | Ceará	0
Maracujá | Ceará	0
Banana | Ceará	---
Cana-de-açúcar | Ceará	---

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Em relação à contribuição da agricultura familiar dessa região na produção agrícola estadual, observa-se que a lavoura temporária, principalmente feijão e milho apresenta uma maior participação, com 8% e 6% respectivamente, como mostra a Tabela 41. A produção de grãos, que se classificam como sendo de lavouras temporárias, representa cerca de 83% da pauta produtiva desses agricultores, que contribuem significativamente para a oferta de alimentos.

4.3.14 Vale do Jaguaribe.

A região do Vale do Jaguaribe é formada por 14 municípios, distribuem em todo o seu território cerca de 19.234 estabelecimentos agropecuários que se enquadram como sendo de agricultores familiares, que corresponde a 6% do total de estabelecimentos do estado.

Tabela 42 — Perfil dos gestores dos estabelecimentos familiares: Vale do Jaguaribe — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Sexo	Feminino	3.694	19,21
	Masculino	15.540	80,79
Faixa Etária	≤ 25 anos	298	1,55
	De 25 ≤ 35	1.555	8,08
	De 35 ≤ 45	2.856	14,85
	De 45 ≤ 55	4.210	21,89
	De 55 ≤ 65	4.774	24,82
	De 65 +	5.541	28,81
Escolaridade	Sabe ler e escrever	11.110	57,76
	Não sabe ler e escrever	8.124	42,24
Condição do gestor em relação à terra	Proprietário	13.594	70,68
	Arrendatário	1.149	5,97
	Parceiro	466	2,42
	Ocupante	345	1,79
	Sem terra	729	3,79
	Outros*	2.951	15,35

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Através da Tabela 42, observa-se o perfil dos agricultores do Vale do Jaguaribe, sendo que 81% dos estabelecimentos são gerenciados por indivíduos do sexo masculino, em relação à faixa etária 46% tem idade inferior a 55 anos, sendo a maioria com idade acima de 55 anos e o percentual de 29% com 65 anos a mais. Sobre a escolaridade 42% declaram que não sabem ler e nem escrever. Por outro lado, a maioria (58%) declararam que sabem ler e escrever, no mínimo. Com relação à propriedade da terra, 71% dos gestores detêm suas próprias propriedades, enquanto 15% se encontram na categoria 'outros', contudo podemos considerar relativamente baixo o percentual de agricultores que se declararam sem terra, um total de 4%. A propriedade da terra é fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar, além do ponto de vista produtivo é determinante para a sucessão geracional.

Tabela 43 — Perfil dos estabelecimentos familiares no Ceará: Vale do Jaguaribe — 2017.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso à energia elétrica	Sim	16.708	86,87
	Não	2.526	13,13
Acesso à assistência técnica	Sim	2.904	15,1
	Não	16.330	84,9

Continua.

Continuação.

Variável	Estratificação	Número	%
Acesso a financiamento	Sim	2.703	14,05
	Não	16.531	85,95
Uso de Irrigação	Sim	2.820	14,66
	Não	16.414	85,39
Uso de agrotóxico	Sim	8.081	42,01
	Não	11.153	57,99
Adubação química Adubação verde	Faz adubação	4.481	23,3
	Não fez adubação	14.753	76,70
Lavouras	Permanentes	2.918	18,31
	Temporárias	13.019	81,69
Acesso à capital físico e tecnologias	Trator	189	0,98
	Semeadeira	169	0,89
	Colheitadeira	5	0,03
	Adubadeira/ Distribuidora de Calcário	9	0,05

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Em média cada estabelecimento desta região tem 17 hectares, com essa disponibilidade de terra faz com que alguns agricultores busquem e obtenha acesso a financiamento para melhorar os meios de produção de sua propriedade, em que se observa na Tabela 42, que 14% desses estabelecimentos obtiveram uma linha de crédito, para poder vim a ser investido em sua propriedade.

Conforme os dados apresentados na Tabela 43, cerca de 42% dos estabelecimentos utilizam agrotóxico em suas plantações, esse é um dado preocupante, pois o desenvolvimento da agricultura familiar deve ocorrer com base na sustentabilidade ambiental e no fornecimento de produtos saudáveis para o consumo. Na região também se observa o uso de máquinas e equipamentos pelos agricultores, o capital físico combinado com o uso de novas tecnologias promovem uma maior dinamismo para o setor, possibilitando o seu desenvolvimento e fortalecimento como um vetor efetivo para o desenvolvimento rural.

Tabela 44 — Participação da agricultura familiar nos principais produtos agropecuários cearenses: Vale do Jaguaribe — 2017.

Principais produtos agropecuários	Participação (%)
Mamão | Ceará	47
Sorgo forrageiro | Ceará	24
Milho forrageiro | Ceará	22
Banana | Ceará	13
Feijão — Grão — Fradinho | Ceará	8
Caju — Castanha | Ceará	3
Milho — Grão | Ceará	2
Mandioca (aipim, macaxeira) | Ceará	1
Cana-de-açúcar | Ceará	0
Maracujá | Ceará	0

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Essa região tem uma grande participação na produção agrícola do estado, contribui principalmente com a produção de lavouras permanentes. A Tabela 44 mostra que o produto de maior destaque é mamão, tem uma participação de 47%, sendo um produto também da pauta de exportação. Já referente às lavouras temporárias se destacam o sorgo forrageiro que tem uma produção de 24%, acompanhado pela produção de milho forrageiro que chega a 22% se comparado com a produção do total do estado.

4.4 Síntese do perfil do (a) agricultor(a) e estabelecimentos familiares no Ceará por região de planejamento.

A Tabela 45 apresenta os resultados de máxima de cada região de plantação, considerando o perfil dos agricultores familiares. Os dados mostram muitas semelhanças em relação às regiões de planejamento. Por exemplo, quando se observa o perfil dos agricultores da região do Cariri, nota-se que os estabelecimentos de sua grande maioria (78,85%) são gerenciados por indivíduos do sexo masculino, dos quais 74,61% apresentam idade de até 65 anos. Em relação à condição do gestor, 69,95% dos agricultores familiares desta região são proprietários dos estabelecimentos.

Tabela 45: Panorama das regiões de planejamento com relação às máximas participações.

	Sexo	%	Faixa Etária	%	Escolaridade	%	Condição do gestor	%
Cariri	Masculino	78,85	Até 65	74,61	Sabe ler e escrever	55,66	proprietário	69,95
Centro Sul	Masculino	85,08	Até 65	72,65	Não sabe ler e escrever	52,84	proprietária	67,55
Grande Fortaleza	Masculino	73,5	Até 65	66,23	Sabe ler e escrever	58,90	Proprietário	76,56
Litoral Leste	Masculino	74,33	Até 65	66,33	Sabe ler e escrever	50,27	proprietário	82,63
Litoral Norte	Masculino	82,24	Até 65	74,12	Não sabe ler e escrever	51,71	proprietário	71,17
Litoral Oeste /Vale do Curl	Masculino	81,90	Até 65	72,66	Sabe ler e escrever	54,71	Proprietário	69,90
Maciço de Baturité	Masculino	72,87	Até 65	74,97	Sabe ler e escrever	58,51	proprietário	74,18
Serra da Ibiapaba	Masculino	79,88	Até 65	78,12	Sabe ler e escrever	57,60	proprietário	63,73
Sertão Central	Masculino	81,54	Até 65	73,4	Sabe ler e escrever	51,34	Proprietário	66,20
Sertão de Canindé	Masculino	79,79	Até 65	74,29	Sabe ler e escrever	51,24	Proprietários	52,01
Sertão de Sobral	Masculino	80,45	Até 65	69,57	Não sabe ler e escrever	53,84	Proprietário	64,86
Sertão dos Crateús	Masculino	81,72	Até 65	73,67	Saber ler e escrever	53,46	proprietários	60,3
Sertão dos Inhamuns	Masculino	80,34	Até 65	72,25	Sabe ler e escrever	51	proprietário	58,02
Vale do Jaguaribe	Masculino	80,79	Até 65	71,19	Sabe ler e escrever	57,76	proprietário	70,68

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Cerca de 1⁄4 dos proprietários tem idade superior a 65 anos, isso mostra o processo de envelhecimento dos produtores, que se deve ao aumento da expectativa de vida da população rural nas últimas décadas, bem como a migração rural dos mais jovens, com destino às grandes e médias cidades, em busca de melhores oportunidade de emprego (QUEIROZ e BAENINGER, 2017). Em estudo voltado a agricultura familiar do Ceará, Lemos (2020) constatou com base nas evidências do censo agropecuário 2017, que 27,1% dos chefes dos estabelecimentos agropecuários familiares são indivíduos com idade superior a 65 anos e que os jovens com idade inferior a 25 anos, gerenciam aproximadamente 2% dos estabelecimentos.

Como a maior representatividade são de indivíduos com idade de até 65 anos e esses agricultores são fundamentais para a questão da sucessão no campo, bem como para assimilar

as novas características e funções do novo rural. O futuro para o desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura familiar passa pela implementação de políticas efetivas que possibilitem o acesso à terra, à água e novas técnicas de manejo que permitam a convivência sustentável com o semiárido. Mudando assim o padrão produtivo que sempre foi atribuído à agricultura de ‘subsistência’, praticada pelos agricultores — aposentados. O início do século XXI exige um olhar diferente para esta categoria de agricultores, pela sua importância econômica, social e ambiental.

Tais características destes agricultores são bastante semelhantes ao dos agricultores da Grande Fortaleza, região que fica localizada na área norte do estado do Ceará, o oposto, geograficamente, da região do Cariri, da qual fica localizada na ala sul do estado. Essas semelhanças que existem entre os agricultores, nos mostra que a uma homogeneidade relativa em relação ao perfil dos agricultores, que independente da localidade que tal agricultor esteja predomina um padrão entre eles, onde são indivíduos do sexo masculino, com até 65 anos, proprietários de seus estabelecimentos.

A orientação técnica é uma forma de os produtores obterem informação/conhecimento de profissionais capacitados. Tais orientações são de extrema utilidade e necessidade, pois o auxílio será benéfico para auferir melhores níveis de produtividade dos fatores de produção, ao mesmo tempo, em que possibilita a sustentabilidade econômica, social e ambiental da produção agrícola familiar (LIMA, 2018).

Tabela 46: Panorama das regiões de planejamento com relação as máximas participações.

	Energia Elétrica	%	Assistência Técnica	%	Financiamento	%	Irrigação	%	Agrotóxico	%	Adubação	%	Lavoura	%	Acesso a Capital	%
Cariri	sim	84,62	Não	84,91	Não	86,85	não	90,35	sim	51,18	não faz	86,73	temporária	81,55	trator	1,04
Centro Sul	sim	80,75	Não	86,65	Não	85,68	não	90,94	sim	53,14	não faz	93,01	temporária	85,29	trator	0,04
Grande Fortaleza	sim	86,03	Não	90,73	Não	90,85	não	90,28	sim	76,44	não faz	62,86	temporária	54,38	trator	1,03
Litoral Leste	sim	90,79	Não	90,21	Não	91,13	não	91,79	sim	67,19	não faz	71,02	temporária	56,19	trator	1,24
Litoral Norte	sim	90,73	Não	93,71	Não	88,80	não	96,96	sim	73,37	não faz	64,8	temporária	57,08	trator	0,5
Litoral Oeste/Vale Do Curi	sim	90,20	Não	90,87	Não	85,87	não	94,39	sim	69,49	não faz	78,32	temporária	68,22	trator	0,23
Maciço De Baturité	sim	81,73	Não	90,40	Não	87,57	não	95,65	sim	65,49	não faz	81,53	temporária	68,65	trator	0,97
Serra da Ibiapaba	sim	85,67	Não	92,38	Não	85,50	não	81,09	sim	77,35	não faz	64,92	temporária	76,40	trator	0,53
Sertão Central	sim	92,48	Não	89,44	Não	82,99	não	96,01	sim	67,57	não faz	92,32	temporária	87,45	trator	0,92
Sertão de Canindé	sim	91,93	Não	94,94	Não	89,13	não	97,17	sim	61,52	não faz	93,03	temporária	84,56	trator	0,03
Sertão de Sobral	sim	83,67	Não	89,29	Não	88,67	não	97,59	sim	74,46	não faz	94,19	temporária	89,16	trator	0,09
Sertão de Crateús	sim	90,71	Não	88,52	Não	88,85	não	95,93	sim	89,53	não faz	92,76	temporária	83,20	trator	1
Sertão de Inhamuns	sim	81,60	Não	92,20	Não	89,21	não	95,84	sim	93,01	não faz	93,01	temporária	83,84	trator	0,56
Vale do Jaguaribe	sim	86,87	Não	84,90	Não	85,95	não	85,39	sim	57,99	não faz	76,70	temporária	81,69	trator	0,98

Fonte: IBGE — Censo Agropecuário 2017.

Os dados apontam que os agricultores, em sua maioria enfrentam dificuldades em relação ao acesso à irrigação, máquinas, equipamentos e insumos que possibilitam uma melhor produtividade e diversificação da produção. A ausência desses fatores coloca sérios obstáculos ao desenvolvimento e fortalecimento dessa categoria de produtores cearenses, comprometendo a sua sustentabilidade econômica, social e ambiental (LEMOS, 2020).

Conforme os dados apresentados na Tabela 46, cerca de 10,8% dos estabelecimentos familiares agropecuários declararam ter recebido alguma categoria de assistência técnica em 2017. Porém, cerca de 89,2% declararam não ter recebido assistência técnica nesse período. Tal falta de acesso ao conhecimento, que possa modificar a estrutura produtiva e o modo de se plantar, em sua região que já é tão penalizada pelas condições climáticas, impossibilita a diversificação da produção de quaisquer categorias de alimento, bem como a impossibilidade de produzir o ano inteiro, não apenas no período chuvoso. Diante disso, os produtores concentram sua força de trabalho nas lavouras temporárias, dificultando o fornecimento de alimentos aos programas do PNAE e PAA, que necessita ser diversificado e produzido também fora dos períodos chuvosos.

A baixa disponibilidade de assistência, associado a falta de irrigação nas lavouras inviabiliza a produtividade ao longo de todo o ano, que por consequência faz com que os objetivos centrais de ambos os programas não sejam totalmente alcançados, já que o PNAE e PAA tem o intuito de “efetivar e operacionalizar a necessária associação da produção familiar local e o consumo de alimentos em quantidade e qualidade compatíveis com o conceito de segurança alimentar, conforme definido pela Lei 11.346 de 2006” (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, p. 1. 2013).

A geração de renda é uma grande dificuldade para os agricultores familiares, pois muitos não têm acesso às linhas de créditos oferecidas pelo Governo e encontrando maiores dificuldades para se conseguir empréstimo advindos de instituições privadas. Em estudo de Aquino; Alves; De Fátima Vidal; (2020) para se ter um retrato atualizado da agricultura familiar com base no censo agropecuário de 2017, concluíram que os agricultores enfrentam limitações na geração de renda devido a “múltiplas carências de ativos” (acesso precário à terra, educação formal, assistência técnica, tecnologias produtivas, etc.), compensadas, em parte, pelas políticas sociais e de desenvolvimento rural que contribuem para diversificar as suas fontes de renda” (DE AQUINO; ALVES; DE FÁTIMA VIDAL, p. 50. 2020).

A baixa participação dos agricultores familiares com acesso a financiamento, demonstra que o Pronaf não está conseguindo aferir seu principal objetivo deste que foi criado, sendo fortalecer a agricultura familiar por meio do financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários (EMBRAPA, 2022; LISITA, 2005). Em estudo com base em revisões bibliográficas e tendo como base os dados oficiais do Pronaf e sua disponibilidade de recursos para os agricultores familiares de todo território, Resende e Mafra (2016), concluíram que: “alocação de recursos do Programa não é suficiente para atender o objetivo principal de criação do Pronaf, ou seja, a diminuição da desigualdade no meio rural brasileiro” (RESENDE; MAFRA, p. 276. 2016).

Os dados da Tabela 46 revelam que uma minoria dos agricultores conseguiram ter acesso a alguma linha de crédito, tal motivo dessa limitaçãoa pode ser porque ocorre uma distribuição concentardo dos recursos advindos do Pronaf. Com o advento deste programa, foi voltado, pautando seu discurso na pró-sustentabilidade. O que se observar no presente, diante da realidade mostrada, é que o Pronaf considera incentivar os agricultores não familiares, que tem sua produção voltada para a monocultura intensificando a produtividade, deixando a margem os incentivos aos agricultores familiares, impossibilitando a intensificarem seu processo produtivo (ALTAFIN, 2003).

Pelo fato de o Ceará ter o clima predominante semi-árido, caracterizado por chuvas irregulares e baixa pluviosidade, dependendo do ano, algumas secas são mais severas que outras. Apresenta também uma elevada proporção de solos degradados ou em fase avançada de desertificação devido ao seu ambiente geográfico, tendo como resultado práticas agrícolas ‘tradicionais’ que se desenvolveram temporalmente. A irregularidade das chuvas resulta em recursos hídricos superficiais e subterrâneos (NASCIMENTO, 2018). O ideal seria que os estabelecimentos tivessem em suas propriedades um sistema de irrigação, porém isso se difere bastante da realidade apontada pelos dados.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, dos cerca de 341.059 (mil) estabelecimentos localizados em território cearense que apresentavam os critérios exigidos pela Lei 11.326 de 2006, e assim foram classificados como estabelecimentos agropecuários familiares, cerca de 32% recorreram a agrotóxico em suas plantações (IBGE, 2006). O Censo Agropecuário de 2017, apresenta que cerca de 33% dos agricultores familiares fazem a utilização de agrotóxicos em suas lavouras. Pode-se pensar que aumentou o número de agricultores que fazem uso desse meio, para o controle de pragas, porém quando se observa os números absolutos de

estabelecimento familiares, nota-se que houve foi uma redução no número de estabelecimentos que utilizam agrotóxicos, pois no censo de 2006 foram 108.954 mil estabelecimentos familiares que fizeram utilização e enquanto no censo de 2017 foram 97.073 mil estabelecimentos, ocorrendo assim uma redução de aproximadamente 10%.

O uso de agrotóxicos é justificado principalmente porque os produtores tentam compensar a perda de produtividade causada pela degradação e desequilíbrio ambiental que levam ao surgimento de pragas, e necessitam de controle. Como resultado, os pesticidas e fertilizantes tornaram-se a saída mais comum, apontada como uma consequência inevitável para o aumento da produtividade, o uso excessivo associado ao manejo incorreto dos agrotóxicos gera desequilíbrios até irreversíveis para o meio ambiente (LIMA et al 2015; SILVA et al 2013).

De modo geral a Tabela 46 mostra que a maioria dos estabelecimentos atua de forma ‘tradicional’, não tendo muito auxílio de tecnologia e inovação de técnicas no manejo para maximizar sua produtividade e com a representatividade dos estabelecimentos que não praticam irrigação chega próximo de 85%, tendo por consequência uma maior produtividade de alimentos advindo de lavouras temporárias, onde a produção é “aguada” apenas em períodos chuvosos. Observa-se também que é baixo o número de tratores nas atividades agropecuárias no Estado do Ceará. O número de estabelecimentos familiares com uso de maquinário como sendo tratores, semeadeiras/plantadeiras, colheitadeiras, adubadoras e/ou distribuidoras de calcário é de 2722, o ‘que chega a representar, para cada 109 estabelecimentos familiares, são utilizados 1(uma) categoria de maquinário de suporte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a examinar as políticas de desenvolvimento rural destinadas para o fortalecimento da agricultura familiar, considerando a dinâmica desse segmento no estado do Ceará. Discorreu-se sobre o conceito de agricultura familiar para que não houvesse confusão com o campesinato e os conceitos que envolvem políticas públicas e desenvolvimento rural, pois esse tripé está correlacionado para um perfeito desenvolvimento da atividade agrícola familiar no Brasil e especialmente no Nordeste, onde se concentra o maior número de estabelecimento familiares.

Das 14 regiões de planejamentos do estado do Ceará, três se diferem com relação ao nível de escolaridade, são elas Centro Sul, Litoral Norte e Sertão de Sobral, ambas as regiões apresentam níveis superior a 50% de pessoas no âmbito rural, que declaram não saber ler e nem escrever, as demais regiões apresentam um percentual menor que 50% de indivíduos do campo que declararam não saber ler e nem escrever.

Em relação ao perfil dos estabelecimentos, a pesquisa mostrou uma relativa homogeneidade entre as regiões de planejamento. Os estabelecimentos familiares encontram bastante dificuldade para conseguir acesso aos programas governamentais que disponibilizam assistência técnica para um manejo adequado do sistema produtivo, isso faz com que em sua maioria o plantio ou forma de se pensar na produção das lavouras, ocorra de forma ‘convencional’, pautados no conhecimento passado de geração para geração e, sobrevivendo à escassez de terra, água, financiamento, assistência técnica e tecnologias adequadas para cada segmento produtivo.

Com os resultados obtidos, chega-se à conclusão de que no estado do Ceará, os Programas Pronaf, PNAE e PAA, não estão conseguindo alcançar os objetivos propostos na sua criação, pois os principais problemas enfrentados pelos agricultores familiares ainda persistem, tais como:

i) o acesso à assistência técnica limitado, impossibilitando a inserção de novos meios de produção, para se aferir melhoramentos no processo produtivo, aumentando a produtividade dos recursos produtivos; ii) o acesso ao crédito também é restrito, impedindo investimentos na produção e aquisição de capital físico, impossibilitando melhorias nos estabelecimentos agropecuários familiares; iii) limitações em assistência para a utilização de irrigação, bem como

a escassez de recursos hídricos, iv) ausência de assistência técnica especializada para implementação de manejo agroflorestal evitando a necessidade do uso de agrotóxico nas lavouras por parte dos agricultores; v) baixa participação de equipamentos/maquinário modernos nos estabelecimentos familiares.

Nesse contexto fica evidente que a agricultura familiar requer maiores níveis de atenção do Governo, no momento de formular e aplicar políticas para o segmento. Tais políticas devem ser mais agressivas, associando o fluxo de capital investindo e consolidação de assistência voltada a ampliar o conhecimento dos agricultores, ensinando novos meios de produção e disponibilizando acesso a sementes, programas hidrográficos, que sejam formulados por regiões e não no agregado, porque o estado tem suas particularidades, fazendo com que cada política tenha que ser pensada por região, caso contrário poderá não alcançar seus objetivos propostos.

6 REFERÊNCIAS.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 3. ed. atual. São Paulo: Edusp, 2007. 280 p. v. 3.

ABRAMOVAY, Ricardo. A dualização como caminho para a agricultura sustentável. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 24, n. Especial, p. 157-182, 1994.

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. Políticas públicas: conceitos e análise em revisão. **Agenda Política**, v. 3, n. 2, p. 12-42, 2015.

ALBERGONI, Leide; PELAEZ, Victor. Da revolução verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? **Revista de Economia**, v. 33, n. 1, 2007.

ALBINO, Luciano. 10 lições sobre Max Weber. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 2016. (Coleção 10 Lições).

ALBUQUERQUE, Maria de Fátima Machado de. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 6, p. 895-903, 2009.

ALVES, Maria Juliana de Souza. **A atuação do programa territórios da cidadania no estado do Maranhão: uma análise da efetividade em promover o desenvolvimento socioeconômico do Território Médio Mearim, através da gestão social, no período de 2006 a 2012**. 2017. 142 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.

______. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira**. 2003. 225 f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ANDRADE, Tânia. Experiência concreta de mediação de conflitos agrários: Pontal do Paranapanema. **ARAÚJO NETO, Henrique Batista de. A envergadura constitucional da posse qualificada na desapropriação privada**, v. 108, 2012.

ANTUNES, Maria Isabel. VIOLÊNCIA NO CAMPO BRASILEIRO: a ação coletiva como fator de resistência e fortalecimento da identidade camponesa**. Seropédica- Rio de Janeiro**. 2016.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

BARROS DE CASTRO, Lavínia. **Privatização, Abertura e Desindexação: A primeira metade dos anos 90 (1990-1994)**(Capítulo 6) In GIAMBIAGI, F. et al. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004). Rio de janeiro: Editora Campus, Elsevier Editora, 2005.

BELIK, Walter. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 11, n. 1/3, p. 58-75, 1994.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 119-129, 2001.

BERCOVICI, Gilberto. A Questão Agrária na Era Vargas (1930-1964). **História do Direito**, v. 1, n. 1, p. 176-218, 2020.

BRASIL, Suane; MARQUES, Laís; SOARDI, Karina & FREITAS, Diana. **AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS DESAFIOS NO CEARÁ**. 2018.

BRASIL. **Lei nº Nº 4.829, de 5 de novembro de 1965**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 nov. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm>. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.** Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 de julho de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>.Acesso em 22/08/2021.

BRASIL. **Decreto S/N, de 1 de maio de 1943**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. DECRETO DE 25 DE FEVEREIRO DE 2008.: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007- 2010/2008/dnn/Dnn11503compilado.htm. Acesso em: 15 set. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 807, de 22 de abril de 1993**. Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar CONSEA e dá outras providências. DECRETO Nº 807, DE 22 DE ABRIL DE 1993: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0807.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20807%2C%20DE%2022%20 DE%20 ABRIL%20DE%201993.&text=Institui%20o%20 Conselho%20Nacional%20de %20Seguran%C3%A7a%20 Alimentar%20 CONSEA%20e%20d%C3%A1%20 outras% 20 provid%C3%AAncias. Acesso em: 8 set. 2021.

BRASIL**. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003**. Repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. LEI N° 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003: coletânea de legislação: edição federal, Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm. Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. **LEI nº LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006., [S. l.], 14 out. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art 33. Acesso

em: 25 jun. 2021.

BRASIL. PORTAL DA CIDADANIA. Territórios da cidadania. Disponível em:< http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/one-community>. Acesso em: 24/09/2021. Brasília, DF, 23 mar. 2009c. Seção 1, p. 1

BRASIL. **Constituição federal 88 nº Art. 208**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 set. 2021.

BRITO, Ana Vládia da Costa. **O Programa Territórios da Cidadania e o desenvolvimento rural sustentável**. 2013. 90f. : Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2013.

BRUNO, Regina Ângela Landim. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, p. 284-310, 2003.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. IICA, Costa Rica, 2006.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CANUTO, Karen Emanuelle Barbosa. **Programa territórios da cidadania no estado do Ceará: Uma análise do capital humano e capital natural**, Fortaleza-CE. 2011. 100 f.: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciência Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, Fortaleza, 2011.

CARVALHO, Maria A. Estabilização dos preços agrícolas no Brasil: a política de garantia de preços mínimos. **São Paulo: IEA**, 1994.

CARVALHO, Lívia Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. **Revista IDEAS**, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.

CASTRO, CN de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim regional, urbano e ambiental**, v. 12, p. 49-59, 2015.

CLEMENTE, Evandro César. A agricultura familiar e a questão da sustentabilidade: alguns pontos para o debate. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 9, n. 3, p. 88-108, set./dez. 2015. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=atelie&page=article&op=view&path%5B%5D=34354&path%5B%5D=19932>.

DA SILVA, Allan Gustavo Freire et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma

análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, v. 11, n. 1, p. 25-42, 2017.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 1, p. 129-156, 2011.

DE AQUINO, Joacir Rufino; ALVES, Maria Odete; DE FÁTIMA VIDAL, Maria. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017**. Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 31-54, 2020.

DE ALMEIDA, Luciana Florêncio; ZYLBERSZTAJN, Decio. Crédito Agrícola no Brasil: uma perspectiva institucional sobre a evolução dos contratos**. Revista Eletrônica de Negócios Internacionais: Internext**, v. 3, n. 2, p. 267-287, 2008.

FREITAS, José Cassiano. A Política Agrícola do Regime Militar de 1964: aspectos jurídicos, financeiros e socioeconômicos. **Master Diss. UNIFOR/CCJ, Fortaleza. Retrieved June**, v. 5, p. 2017, 2008.

DEGENNSZAJH, Rachel R. Desafios da gestão democrática das políticas sociais. **In: Capacitação em serviço social e política social módulo,** v. 3. Brasília: UnB/ CEAD, p.15-22, 2000.

DIEESE. Boletim dos principais indicadores da agricultura familiar do Ceará segundo o Censo Agropecuário de 2017. **Ceara.dieese.org.br**/, 2019. Disponível em: <https://ceara.dieese.org.br/ws2/producaotécnica/arquivo/2/boletim-numero-1- dezembro>. Acesso em: 22/04/2020.

DOS ANJOS, Eliene Gomes et al. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia**. Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, n. 14, p. 89-101, 2020.

DOS SANTOS, Sérgio Ribeiro; DE SOUSA COSTA, Maria Bernadete; TORRES DE PAIVA BANDEIRA, Geovanna. As formas de gestão do programa nacional de alimentação escolar (PNAE**). Revista de Salud Pública**, v. 18, n. 2, p. 311-320, 2016.

DE SOUZA, Reginaldo Farias; KHAN, Ahmad Saeed. Modernização da agricultura e hierarquização dos municípios maranhenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 39, n. 1, p. 75-98, 2019.

EMBRAPA. POLÍTICAS PÚBLICAS-Conteúdo**. EMPRAPA,**web.Disponível em: https://www.embrapa.br/conteudo-web/-/asset_publisher/fHv2QS3tL8Qs/content/tema-embrapaagriculturafamiliarpoliticaspublicas. Acesso em: 12 de maio de 2021.

EMBRAPA, Políticas para a agricultura familiar. **EMBRAPA** Agricultura Familiar. Disponível em: https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/politicas-publicas. Acesso em 14 de março de 2022 às 20:58.

FARIAS, Cassiano. O AGRONEGÓCIO COMEÇOU COM O CRÉDITO RURAL SUBSIDIADO.**Ideias Fatos Tucujus**.Disponível em:

https://ideiasefatostucujus.blogspot.com/2013/08/o-credito-rural-subsidiado-um- convite.html. 2013. Acesso em: 20/06/2021.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. O Pronaf na Agricultura Familiar: sua criação, distribuição e principais resultados. 2013. **Acesso em**: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79225, v. 20, no dia 15/11/2021. As 18:52.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986. p. 1 355.

FERREIRA, Assuéro. Estado e economia no Brasil: 1930-1964. Fundamentos da construção de um capitalismo urbano-industrial periférico. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.36, n. 1/2, 2005, p. 52-72.

FERREIRA, Helen Gonçalves Romeiro; ALVES, Rodrigo Gomes; MELLO, Silvia Conceição Reis Pereira. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.

FNDE. Organização. Sobre o PNAE O que é?. In: **Programa Nacional de Alimentação Escolar**: Sobre o PNAE O que é?. Brasília, 7 jan. 2017. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/programas/pnae. Acesso em: 6 jul. 2021.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra et al. A Revolução de 1930 e a Economia Brasileira. **In: Congresso Brasileiro de História Econômica**. 2012.

FRAZÃO, Dilva. Biografia. Chico Mendes. Disponível em < Biogra. https:// www.ebiografia.com/chico mendes/fia de Chico Mendes - **eBiografia**>. 2020. Acessado em 09/10/2021, às 20:25.

FREITAS, Eduardo de. "A Crise do Petróleo "; **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/a-crise-do-petroleo.htm. Acesso em 06 de novembro de 2021

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, 2009.

GEHLEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 95-103, 2004.

GIANEZINI, Kelly et al. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo:Atlas, 1999.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, M. TONETO JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

GRISA, Cátia et al. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Revista**

Agriculturas, v. 8, n. 3, p. 34-41, 2011.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

GUANZIROLI, Carlos E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Nordeste: da articulação comercial a integração economica**. 1986. 362f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, [SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000048067>. Acesso em: 14 outubro. 2011. http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285860 http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/1316039

GUITARRARA, Paloma. Revolução Verde. **Mundo Educação**. Disponível em: Revolução Verde: o que é, origem, consequências - Mundo Educação (uol.com.br)>. Acesso em 15/09/2021. 2021

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**, p. 93-115, 2005.

HIRAKURI, Marcelo Hiroshi et al. **Sistemas de produção: conceitos e definições no contexto agrícola**. **Embrapa Soja-Documentos (INFOTECA-E),** 2012

HOLANDA, Darlan Gonçalves. **Políticas agrícolas e agricultura familiar: um estudo da evolução dos recursos do PRONAF entre os anos de 1999 a 2009**. 2010. 1 CD-ROM. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/119425>.

IBGE. **IBGE prevê safra de grãos 6,8% menor em 2018**. AGENCIA IBGE NOTÍCIAS, 10 abr. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/19474-ibge-preve-safra-de-graos-6-8-menor-em-2018. Acesso em: 25 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **CEARÁ. 2010.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama. Acesso em 03/04/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em:<https://censos.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html> Acesso em 14/07/2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em:<https://censos.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html> Acesso em 14/07/2021.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/bhTRwn>. Acesso em 31/08/2021.

IPECE. Caracterização Territorial. IPECE.ce.gov.br.Disponivel em: http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11.htm#:~:text=1%20%2D%20 Caracteriza %C3%A7%C3%A3o%20 Territorial Texto%20Estado%20 possui%20uma%20%C3% A1rea,em%20 termos%20de%20 extens%C3%A3o%20 territorial. 2015. Acesso em:03/04/2021.

KAGEYAMA, A.; BUAINAIN, A.M.; REYDON, B.P.; GRAZIANO DA SILVA, J.; SILVEIRA, J.M.J.; FONSECA, M.G.D. RAMOS, P.; FONSECA, R.B.; BELIK, W. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. **Campinas: Unicamp**, 1987.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Área de Informação da Sede-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 2006.

KERECKI, Márcio; DOS SANTOS, Miguel. Programa de ação econômica do governo (paeg): do milagre econômico ao fim do sonho. **Revista Historiador**, n. 2, 2009.

LEITE, Tatiane Barbosa. **Políticas públicas para a agricultura familiar: uma análise preliminar dos programas e dos dados. 2017**. 45 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

LEMOS, José de Jesus Sousa et al. Agricultura familiar no Ceará: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017**. Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 93-112, 2020.

LIMA, Felipe Rômulo Santino. **Perfil da agricultura familiar no Estado do Ceará e mesorregiões**. 2018.

LIMA, Lucimeire Batista et al. Uso de agroquímicos na produção de hortaliças em Farias Brito-CE. **Revista Brasileira de Tecnologia Aplicada às Ciências Agrárias/Revista Brasileira de Tecnologia Aplicada nas Ciências Agrárias** , v. 8, n. 3, 2015.

LISITA, F. O.; AMÂNCIO, CO da G**.** Considerações sobre a evolução e perspectiva do Pronaf. **Embrapa Pantanal. Circular Técnica**, 2005.

MATIAS, Átila. Revolução Verde; **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/revolucao-verde.htm. Acesso em 15 de setembro de 2021.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MDS. **PNAE**.Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Disponível em: Conheça o PNAE — Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Desenvolvimento Social Compras da Agricultura Familiar (mds.gov.br).2021..Acesso em:15/08/2021.

MDS.**Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN Institucional**. Disponível em:Programa de Aquisição de Alimentos - PAA — MINISTÉRIO DA CIDADANIA Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (mds.gov.br).2010. Acesso em 15/08/2021.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris, A.Colin, 1976. p. 23.

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. Da estratégia ‘Fome Zero’ao plano ‘Brasil Sem Miséria’: Elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**, 2013.

MUELLER, Charles C. Formulação de políticas agrícolas. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, 1982.

NASCIMENTO, Cícera Eliane Souza do**. Levantamento sobre a agricultura familiar e o uso de agrotóxicos no Estado do Ceará.** 2018. 46 f. Monografia (Especialização) - Curso de Especialização em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos, Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável - IEDS, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse**. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1725.pdf>.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, p. 189-232, 2002.

MIELITZ NETTO, Carlos GA. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. **BONNAL, P. e LEITE, SP Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro (RJ): Cirad/Mauad X**, p. 221-251, 2011.

PEDRAZA, Dixis Figueroa et al. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Ciência & saúde coletiva**, v. 23, p. 1551-1560, 2018.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 909-916, 2013.

PEREIRA, José Matias. Manual de gestão pública contemporânea. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2012.

PEREIRA, Luiz C. Bresser. Heterodoxia e ortodoxia no Plano Bresser. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 47, n. 2, p. 52-54, 1993.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **Integração de políticas públicas para reduzir**

desigualdades. Embrapa, 25 jul. 2008. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044. Acesso em: 25 ago. 2021.

PORTAL DA CIDADANIA.Territórios. 2014. Disponível em: www.territórios da cidadania.gov.br. Acesso em: 24/09/2021.

RAICHELIS, Raquel et al. Democratizar a gestão das políticas sociais: um desafio a ser enfrentado pela sociedade civil. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**, v. 3, p. 73-87, 2006.

RAMOS, S. Y. JÚNIOR ,Martha, G. B. Evolução da Política de Crédito Rural Brasileira. 1. ed. **Planaltina: Embrapa Cerrados**, 2010.

RESENDE, Cátia Meire; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Desenvolvimento Rural e Reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf**. Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, p. 261-280, 2016.

RIBEIRO, I. de O. O modelo de modernização da agricultura brasileira. **Agricultura, democracia e socialismo**, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROSSINI. Gabriel Almeida Antunes. CRISE DE 1929**. Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Volume 1, Editora FGV - CPDOC. 2015.

SAMBUICHI, R. H. R.KAMINSKI, R., Perin, G., DE MOURA, I. F. JANUÁRIO, E. S., MENDONÇA, D. B., & de ALMEIDA, A. F. C. (2019). **Programa de aquisição de alimentos e segurança alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar** (No. 2482). Texto para Discussão.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller, 1999.

SEBRAE, M. G. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral, 2008.

SILVA, José Graziano; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton**.** O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e estado**, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, 2003.

SILVA, Suelen Aparecida Duarte; COSTA, MHBC; GUIMARÃES, Sandra Meire. Políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: aspectos conceituais. **Revista Acadêmica Conecta FASF**, v. 1, n. 1, 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. **Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães**. São Paulo, 2002.

STOFFEL, Janete. **A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na região sul do Brasil**. 2013.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: **integração de políticas públicas para reduzir desigualdades**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/pageflip/ > Acesso em: 14 set. 2021.

VIANNA, Sérgio Besserman; VILLELA, André. O pós-Guerra (1945-1955**). Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)**, p. 21-44, 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

_______. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, v. 21, n. 10, p. 42-61, 2003.